

Universidade do Estado do Pará
Centro de Ciências Naturais e Tecnologia
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais
Trabalho de Conclusão de Curso



JULIANA MORGADO FERNÁNDEZ

**A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES NACIONAIS NA AMÉRICA
LATINA: UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DO PROCESSO EM OBRAS
LITERÁRIAS DO BRASIL, ARGENTINA E CHILE**

BELÉM – PA
2023

JULIANA MORGADO FERNÁNDEZ

**A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES NACIONAIS NA AMÉRICA LATINA:
UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DO PROCESSO EM OBRAS
LITERÁRIAS DO BRASIL, ARGENTINA E CHILE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Naturais e Tecnologia da Universidade do Estado do Pará como requisito para obtenção do nível Bacharelado no Curso de Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^ª Dra. Mayane Bento Silva

BELÉM – PA
2023

JULIANA MORGADO FERNÁNDEZ

**A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES NACIONAIS NA AMÉRICA LATINA:
UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DO PROCESSO EM OBRAS
LITERÁRIAS DO BRASIL, ARGENTINA E CHILE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Naturais e Tecnologia da Universidade do Estado do Pará como requisito para obtenção do nível Bacharelado no Curso de Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^ª Dra. Mayane Bento Silva

Banca Avaliadora

Prof^ª Dra. Brenda Thaina Cardoso de Castro
Universidade da Amazônia (UNAMA)

Prof. Dr. João Colares
Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Apresentado em: 11 de janeiro de 2024.

Conceito: 10


BELÉM – PA
2023

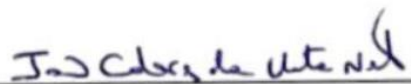



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E TECNOLOGIA
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

FOLHA DE APROVAÇÃO

“A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES NACIONAIS NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DO PROCESSO EM OBRAS LITERÁRIAS DO BRASIL, ARGENTINA E CHILE”. Trabalho de Conclusão de Curso, foi apresentado como requisito necessário para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pelo aluno Juliana Morgado Fernández, em 11 de janeiro de 2024, na Universidade do Estado do Pará (UEPA), e aprovado pela Banca Examinadora, formada pelos seguintes membros:


D.Sc. Dr. Mayane Bento Silva, UEPA
Orientador


1º Avaliador


2º Avaliador

Belém/PA, 20 de dezembro de 2023 .

Dedico a elaboração deste trabalho às minhas amigas Beatriz, Jeovana, Anna, Bruna e Natália. É impossível pôr em palavras o tamanho da contribuição delas em toda a minha trajetória na graduação, mas tento registrar aqui uma singela homenagem. Desde os primeiros momentos, foram elas que me inspiraram a participar de todos os eventos, engajar-me em todos os projetos e aproveitar todas as oportunidades possíveis.

Devo a elas, também, uma grande parte do aprendizado que tive – em diversas áreas, não somente na acadêmica – em minha primeira participação no nosso Centro Acadêmico. Nesse período, trabalhamos juntas e construímos uma sólida amizade baseada em respeito, apoio, admiração e parceria. Se não fosse por esse suporte mútuo, mesmo que remoto, na parte da nossa graduação que infelizmente se passou durante a pandemia, não imagino como esse caminho poderia haver sido trilhado.

Hoje, vejo-as crescer e seguir cada uma o seu caminho, e o orgulho e a admiração que sinto me fazem acreditar que não poderia ter encontrado melhores pessoas para ocuparem esse espaço na minha vida. Que ainda venham muitas vitórias e conquistas pela frente para que possamos continuar comemorando juntas, não importa em que parte do mundo estejamos – pois sei que iremos conseguir nos encontrar no meio do caminho.

AGRADECIMENTOS

Aproveitando o simbolismo do momento de defesa do trabalho de conclusão de curso, deixo registrados aqui meus mais sinceros agradecimentos a todos aqueles que participaram, de alguma maneira, do meu caminho na universidade até aqui.

Agradeço, primeiro, à minha família. Minha mãe, Rossana, foi colo nos momentos em que chorei e não sabia o que fazer, e sempre me ajuda a continuar. Meu pai, José Luis, me deu e continua a dar apoio incondicional nas minhas escolhas, mesmo quando não as compreende por inteiro. Minha irmã, Mariana, me dá todo amor – mesmo de longe – e vibra a cada passo meu. Meu filho, Boris, sempre foi e é minha melhor companhia. Sei a sorte grande que é tê-los como a minha família, e espero ainda poder lhes dar muito orgulho.

Agradeço às minhas amigas Maitê, Isadora, Mavi e Nathália, que também são família para mim. Mesmo que cada uma agora siga um caminho diferente, estamos juntas até hoje, e sei que sempre estaremos – não importa a distância ou o tempo que passe.

Para a minha orientadora, Prof^a Dra Mayane Bento, faltam palavras de gratidão. É uma honra para mim poder aprender com ela, que me ajudou a entender e organizar meus objetivos e ideias para esse trabalho quando nem eu mesma soube. Costumamos dizer que a Prof^a Mayane “carregou nosso curso nas costas” nesses anos que se passaram, pois, apesar da enorme sobrecarga de trabalho, foi ela quem nos deu uma base de aprendizado concreta em todas as áreas que a ela couberam. Sempre com maestria, passou-nos seu conhecimento nas aulas que eram as mais esperadas da semana. Durante o processo de elaboração dos trabalhos de conclusão de curso, nunca deixou de estar presente e nos acompanhar – nem mesmo nas reuniões de orientação às 23h ou quando não lhe entreguei o que havia prometido... Obrigada, professora, por todo seu esforço e por ser um exemplo tão grande de mulher e profissional.

Agradeço à minha banca avaliadora na defesa do meu trabalho. À Prof^a Dra Brenda de Castro, agradeço por ter sido tão especial e marcante o curto período que tivemos contato em sala de aula – que era, no caso, a tela de nossos computadores. No primeiro semestre de 2021, cheguei a estar quase certa da vontade de me afastar da universidade por um tempo, mas as aulas de História das Relações Internacionais com a Prof^a Brenda foram como uma luz no caminho e reacenderam o meu interesse pelos estudos. Muito obrigada por ser, para mim, um espelho do caminho que pretendo seguir e da profissional que desejo me tornar.

Ao Prof. Dr. João Colares, agradeço pelos ensinamentos passados nos poucos momentos em que tivemos contato durante os eventos da UEPA, que já foram suficientes para eu admirar muito o seu trabalho e pessoa.

Agradeço àqueles que conheci durante a jornada da graduação. Aos meus colegas de turma, por todos os momentos difíceis que se tornaram mais leves com vocês quando compartilhávamos das mesmas angústias nesses quatro anos, e aos colegas e amigos de outras turmas que tive a oportunidade de conhecer. Aqui, agradeço em especial aos meus amigos Juan Carlos e Francisco Neto, que agora são para toda a vida.

Agradeço, de forma muito especial, ao Centro Acadêmico de Relações Internacionais Baena Soares (CARIBS). Não canso de falar, em qualquer oportunidade que surja, sobre o quão importante e enriquecedora a experiência de participar do Centro Acadêmico por dois anos foi para mim. Em primeiro lugar, o CARIBS significou permanência, em um momento – logo no início das aulas online em 2020 – no qual as motivações para continuar pareciam muito distantes. A sensação de fazer parte de algo coletivo junto com as pessoas incríveis que compunham a nossa equipe é indescritível, e o nosso trabalho em grupo em prol dos mesmos objetivos foi o que me fez perceber que, mesmo com todas as dificuldades que passamos durante a graduação, esse era o caminho que eu queria seguir.

O CARIBS foi, também, uma experiência pessoal, acadêmica e profissional imensurável, que me colocou à prova em situações com as quais nem imaginava conseguir lidar e me deu base para muitos desafios que virão pela frente. Mas, apesar de tudo isso, acredito que meu maior ganho participando do Centro Acadêmico foram as amizades construídas a partir dele. Os laços criados me ensinaram a admirar as pessoas à minha volta, a trabalhar e sonhar em equipe e, apesar das (muitas) dificuldades possíveis que encontrávamos, a não desistir. Não consigo imaginar meu período de graduação sem ter tido essa experiência.

Por fim, agradeço a duas mulheres essenciais na minha rede de apoio. À Mariana Mendonça, que me forneceu suporte psicoterapêutico por mais de dois anos e foi a escuta da qual precisei para compartilhar minhas angústias e receber o devido apoio para que tomasse as melhores decisões, e à Adriana Teixeira, que há muitos anos me impede de abandonar as atividades físicas e me ajuda a manter minha rotina minimamente regulada – mesmo quando a minha vontade é de dormir por infinitas horas seguidas –, além de ser uma companhia no dia a dia. Tenho noção do papel central que as saúdes física e mental equilibradas exercem no processo de estudos e aprendizado, e do privilégio que é poder preocupar-me com isso e ter o devido acompanhamento profissional. Por isso, agradeço-as enormemente.

Os últimos quatro anos foram bastante difíceis, por vários motivos. Passamos metade da nossa graduação afastados da sala de aula devido à pandemia e tivemos infinitos problemas estruturais e institucionais na universidade – falta de professores, coordenação de curso ausente, suporte quase inexistente aos projetos desenvolvidos por alunos e muitos outros.

Mas, apesar de tudo isso, concluo essa etapa com a sensação de que não gostaria que nada tivesse sido diferente, e não me imaginaria em outro lugar e com outras pessoas. Espero poder continuar esse caminho da melhor forma possível, independente do que o futuro guarde.

Mais do que qualquer outra atividade espiritual da nossa espécie, a Arte, especialmente a Literatura, a que me dediquei e com que me casei; mais do que ela nenhum outro qualquer meio de comunicação entre os homens, em virtude mesmo do seu poder de contágio, teve, tem e terá um grande destino na nossa triste Humanidade. [A arte] sempre fez baixar das altas regiões, das abstrações da Filosofia e das inacessíveis revelações da Fé, para torná-las sensíveis a todos, as verdades que interessavam e interessam à perfeição da nossa sociedade; ela explicou e explica a dor dos humildes aos poderosos e as angustiosas dúvidas destes, àqueles; ela faz compreender, umas às outras, as almas dos homens dos mais desconhecidos nascimentos, das mais diversas épocas, das mais divergentes raças; [...] ela, não cansada de ligar as nossas almas, umas às outras, ainda nos liga à árvore, à flor, ao cão, ao rio, ao mar e à estrela inacessível; ela nos faz compreender o Universo, a Terra, Deus e o Mistério que nos cerca e para o qual abre perspectivas infinitas de sonhos e de altos desejos.

(Lima Barreto)

RESUMO

A relação entre a arte e a política é amplamente abordada pelas ciências humanas e, para a disciplina de Relações Internacionais, uma temática que se encaixa nesse contexto é o estudo sobre as identidades nacionais através, por exemplo, de obras literárias. Nessa análise, tornam-se claros elementos que representam estruturas de poder a nível internacional, considerando que, para os Estados coloniais, a imposição de fluxos culturais foi um instrumento de dominação hegemônica. Já para os países da América Latina a arte, incluindo a literatura, exerceu no século XX o papel de resistência a esse projeto homogeneizador e contribuiu na tentativa do estabelecimento de identidades nacionais autônomas. Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar como os processos de construção das identidades nacionais latino-americanas – mais especificamente no Brasil, Chile e Argentina – são representados em obras literárias, a partir de uma perspectiva teórica decolonial. Já como objetivos específicos, pretendo discutir os conceitos de América Latina e de identidade nacional; descrever a representação do processo de construção das identidades nacionais brasileira, chilena e argentina a partir de obras literárias de cada país; e analisar as narrativas propostas por cada obra ao tratarem da identidade nacional, buscando identificar de que forma a questão da colonialidade é retratada em cada uma. Foi desenvolvido um estudo interdisciplinar de finalidade básica e caráter exploratório, a partir do método da indução. O procedimento técnico utilizado foi a pesquisa bibliográfica e os dados foram coletados por meio da análise de conteúdo. Como resultado, foi possível concluir que as narrativas das obras analisadas demonstram a forte presença do colonialismo interno nas relações sociais dos países latino-americanos.

Palavras-chave: Decolonialidade. Identidade nacional. Cultura. América Latina. Literatura.

RESUMEN

La relación entre arte y política es ampliamente abordada por las ciencias humanas y, para la disciplina de las Relaciones Internacionales, un tema que encaja en este contexto es el estudio de las identidades nacionales a través de las obras literarias. En este análisis se ponen de manifiesto elementos que representan estructuras de poder a nivel internacional, considerando que, para los Estados coloniales, la imposición de flujos culturales fue un instrumento de dominación hegemónica. Para los países latinoamericanos, el arte, incluida la literatura, desempeñó el papel de resistir a este proyecto homogeneizador en el siglo XX y contribuyó al intento de establecer identidades nacionales autónomas. Por lo tanto, el objetivo general de esta investigación es analizar cómo los procesos de construcción de las identidades nacionales latinoamericanas – específicamente en Brasil, Chile y Argentina – están representados en las obras literarias, desde una perspectiva teórica decolonial. En cuanto a los objetivos específicos, pretendo discutir los conceptos de América Latina e identidad nacional; describir la representación del proceso de construcción de las identidades nacionales brasileña, chilena y argentina a partir de obras literarias de cada país; y analizar las narrativas propuestas por cada obra al tratar de la identidad nacional, buscando identificar cómo la cuestión de la colonialidad es retratada en cada una de ellas. Se realizó un estudio interdisciplinar de propósito básico y carácter exploratorio utilizando el método de inducción. El procedimiento técnico utilizado fue la investigación bibliográfica y los datos se recogieron mediante el análisis de contenido. Como resultado, fue posible concluir que las narrativas de las obras analizadas demuestran la fuerte presencia del colonialismo interno en las relaciones sociales de los países latinoamericanos.

Palabras-clave: Decolonialidad. Identidad nacional. Cultura. América Latina. Literatura.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCCS	<i>Center for Contemporary Cultural Studies</i>
CLACSO	Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
CONAIE	<i>Coordinadora de las Nacionalidades Indígenas del Ecuador</i>
ERP	Exército Revolucionário do Povo
FAP	Forças Armadas Peronistas
FAR	Forças Armadas Revolucionárias
PRT	Partido Revolucionário dos Trabalhadores
UCRP	<i>Unión Cívica Radical del Pueblo</i>
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação
TRI	Teoria de Relações Internacionais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	SOBRE A AMÉRICA LATINA, IDENTIDADES E LITERATURA: REVISÃO TEÓRICA A PARTIR DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS Error! Bookmark not defined.	
2.1	A América Latina nas Relações Internacionais: Do início da disciplina à emergência do Pós-positivismo	17
2.1.1	<i>Estudos Culturais, Pós-colonialismo e o Giro Decolonial</i>	19
2.2	A tentativa de definição de uma identidade latino-americana	24
2.3	Os processos de construção das identidades nacionais na América Latina e a formação dos Estados-nação “independentes”	33
2.3.1	<i>Conceitos de identidade cultural e identidade nacional</i>	39
2.4	Relação entre identidade nacional e literatura	41
3	SOBRE OS AUTORES, AS OBRAS LITERÁRIAS E OS CONTEXTOS HISTÓRICO-POLÍTICOS	49
3.1	O caso chileno: Isabel Allende e “A casa dos Espíritos”	49
3.1.1	<i>Contextualização histórico-política da obra</i>	51
3.2	O caso argentino: Julio Cortázar e “Os Prêmios”	53
3.2.1	<i>Contextualização histórico-política da obra</i>	55
3.3	O caso brasileiro: Lima Barreto e “Os Bruzundangas”	58
3.3.1	<i>Contextualização histórico-política da obra</i>	61
4	SOBRE A QUESTÃO DA IDENTIDADE NACIONAL NAS OBRAS ANALISADAS E A DECOLONIALIDADE	64
4.1	A representação das identidades nacionais em cada obra literária	64
4.2	O diálogo entre as obras e a sua relação com a crítica decolonial	69
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
	REFERÊNCIAS	76

1 INTRODUÇÃO

Os estudos de Relações Internacionais e de Literatura Comparada se consagraram como disciplinas acadêmicas em um mesmo período histórico, entre o final do século XIX e o fim da I Guerra Mundial, tendo em comum o objetivo de tentar sistematizar o conhecimento humano sobre questões culturais e políticas em nível global – o que os diferia dos estudos muito mais desenvolvidos à época que tratavam das culturas e da política em contextos nacionais específicos. Ainda que inicialmente subordinadas a visões de mundo eurocêntricas e limitadas, essas disciplinas representaram um grande avanço em seus campos (Cunha; Luz, 2020).

Nascidas como a consolidação acadêmica de estudos e obras literárias e analíticas que buscaram, ao longo dos séculos, compreender a experiência humana como um sistema não limitado a fronteiras civilizacionais ou culturais, a Literatura Comparada e as Relações Internacionais estiveram sempre em interação com outras unidades mais ou menos distantes. E, apesar de haverem se desenvolvido independentemente, compartilham muitas semelhanças teóricas e metodológicas (Cunha; Luz, 2020).

Um tema em comum entre essas duas disciplinas, também explorado por outras ciências humanas, é a relação entre a arte e a política, que pode ser compreendida através de duas perspectivas básicas: “[...] como a arte ligada e a serviço de uma ordem política vigente e de um poder constituído; ou como a arte engajada que critica esse mesmo poder e uma dada ordem vigente, que é relacionada a processos de lutas de caráter contestatório.” (Napolitano, 2011, p. 26). Logo, a arte em forma de obras literárias é uma ferramenta extremamente útil para a compreensão das relações internacionais, haja vista que inúmeras nuances envolvendo aspectos históricos e estruturas de poder podem ser analisados por meio da literatura.

Tenho como exemplo disso, aqui, a questão das identidades nacionais, comumente abordada por obras literárias – em especial nos séculos XVIII, XIX e XX. Nesse contexto, a depender da posição de um Estado-nação nas estruturas de poder do sistema internacional, a representação da identidade nacional nas obras literárias – e outras peças de arte – representativas de sua cultura terá um papel político diferente.

Para as nações colonizadoras, era necessária a criação de um código cognitivo nas colônias que criasse um verdadeiro estatuto étnico e cultural de aceitação da subordinação e inferioridade em relação à metrópole – o que facilitou o processo de homogeneização das identidades culturais diversas nos países colonizados, a exemplo dos casos latino-americanos

(Lasmar, 2001). Com isso, os fluxos culturais do período colonial se estabeleceram como instrumentos de dominação hegemônica dos Estados coloniais, e as “trocas” – ou imposições – firmaram-se como um canal através do qual a hegemonia metropolitana se legitimaria e organizaria. A literatura, especialmente na figura do romance, desempenhou, neste quadro, um papel de consolidação da autoridade metropolitana (Lasmar, 2001), e esse processo contribuiu para a consolidação das identidades nacionais dos Estados coloniais em nível mundial.

Já na América Latina, o debate sobre a questão identitária é intrinsecamente complexo, dada a imensa pluralidade e heterogeneidade étnica, cultural, linguística, política, econômica e social da região. Para o sociólogo peruano Quijano (1992) a identidade, ligada a entidades histórico-sociais, é uma categoria relacional, intersubjetiva e histórica, além de uma parte e um modo das relações que na história se estabelecem, se modificam ou se cancelam, entre as diversas formas organizadas de existência social. “Não é propriedade ou atributo de entidades isoladas; nem é algo dado, pré-existente a sua própria história, que deveria ser descoberto e assumido.” (Quijano, 1992, p. 73).

Tendo como ponto central a forte influência exercida pelo processo de colonização no continente latino-americano, tanto na construção dos chamados “Estados-nação modernos” quanto na formação/expressão cultural e identitária de seus povos, é essencial debater acerca do papel da arte – e aqui em especial da literatura – na resistência por parte das populações locais ao projeto de homogeneização cultural imposto pelos europeus.

Sendo assim, proponho aqui a utilização de uma base teórica do campo das Relações Internacionais para a compreensão de um fenômeno inerente à relação entre arte e política. No primeiro capítulo, será feita uma breve síntese do desenvolvimento da disciplina de Relações Internacionais, com foco no caminho percorrido dos Estudos Culturais até o Pós-colonialismo e, depois, até o Giro Decolonial. Serão discutidos os processos de construção dos Estados-nação e das identidades nacionais no continente. Encerro capítulo apresentando discussões e conceitos essenciais ao desenvolvimento dessa pesquisa.

No capítulo que se segue, busco fazer uma breve descrição do enredo das obras literárias aqui analisadas, cada uma sendo representativa da cultura de um destes três países latino-americanos: Brasil, Chile e Argentina. Em seguida, tenho o intuito de estabelecer as narrativas literárias analisadas dentro do contexto histórico e político em que se encontrava cada país representado à época das obras.

Já no último capítulo, faço uma ligação entre a narrativa de cada obra e os processos de construção das identidades nacionais dos respectivos países e analiso os discursos propostos por cada obra ao tratarem da identidade nacional, identificando de que forma a questão da colonialidade é retratada em cada uma e estabelecendo paralelos com o referencial teórico. Finalizo com algumas considerações sobre a pesquisa.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar como os processos de construção das identidades nacionais latino-americanas – mais especificamente no Brasil, Chile e Argentina – são representados em obras literárias consideradas representativas de cada cultura, a partir de uma perspectiva teórica decolonial. Como objetos de análise, as obras utilizadas foram *Os Bruzundangas*, de Lima Barreto, no caso do Brasil; *A Casa dos Espíritos*, de Isabel Allende, no caso do Chile; e *Os Prêmios*, de Julio Cortázar, no caso da Argentina.

Já como objetivos específicos, pretendo discutir os conceitos de América Latina e de identidade nacional, criticando as nuances de sua definição e aplicabilidade a partir de uma ótica pós-colonial e decolonial; descrever a representação do processo de construção das identidades nacionais brasileira, chilena e argentina a partir de obras literárias de cada país; e analisar as narrativas propostas por cada obra ao tratarem da identidade nacional, buscando identificar de que forma a questão da colonialidade é retratada em cada uma e estabelecer paralelos com o referencial teórico.

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, haja vista que não pretende analisar e fornecer resultados partindo de dados numéricos, mas sim aprofundar o conhecimento e o debate acerca do tema escolhido. Como apontado por Gerhardt e Silveira (2009), preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

O estudo possui finalidade básica, uma vez que objetiva gerar conhecimentos novos e úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista (Gerhardt; Silveira, 2009). Ademais, se enquadra no campo científico interdisciplinar, pois envolve conceitos, discussões e fontes bibliográficas de diversas áreas do conhecimento dentro das Ciências Humanas – Relações Internacionais, Sociologia, Antropologia, Literatura Comparada, História.

O objetivo desta pesquisa é classificado como de caráter exploratório, pois, segundo Gerhardt e Silveira (2009), pretende-se proporcionar maior familiaridade com o problema, com o intuito de torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. Já o método de abordagem utilizado será o método indutivo, cujo objetivo é levar a conclusões de conteúdo muito mais amplo do que o das premissas em que se basearam (Marconi; Lakatos, 2003).

Foi utilizado aqui o procedimento técnico da pesquisa bibliográfica – que, de acordo com Marconi e Lakatos (2003), propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem. Como fontes para a coleta dos dados utilizados, cuja origem é secundária, foram utilizadas plataformas online de acesso a conteúdo acadêmico (para livros digitais e artigos científicos) e portais de periódicos vinculados a Instituições de Ensino Superior, além de livros físicos de acervo pessoal – por meio da técnica da análise de conteúdo.

Os critérios utilizados para a realização do levantamento de dados incluem a análise de sua origem, priorizando estudos oriundos de grandes centros de pesquisa do Brasil e de outros países latino-americanos. Pretendo ter como base pesquisas relacionadas a áreas do conhecimento diversas, fortalecendo a interdisciplinaridade do estudo, e combinar fontes teóricas de renomada autoria com produções científicas de pesquisadores ainda em estabelecimento para frisar a importância das novas pesquisas para o avanço da ciência.

Para a seleção das obras literárias analisadas, utilizei como critério, primeiramente, o recorte geográfico – proximidade entre os territórios chileno e argentino, pertencentes ao Cone Sul latino-americano, e o brasileiro –, considerando a provável semelhança nos processos de construção dos Estados nacionais e definição de uma identidade em cada país. Em segundo lugar, o recorte temporal, partindo do princípio de que esse, junto à proximidade geográfica dos países, forneceria um contexto histórico, político e social semelhante propício à análise comparativa das diferentes realidades. Por fim, optei por analisar obras que abordassem temas congruentes à base teórica do trabalho, como raça, relações de poder e colonialismo interno.

2 **SOBRE A AMÉRICA LATINA, IDENTIDADES E LITERATURA: REVISÃO TEÓRICA A PARTIR DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Tendo sua emergência no Reino Unido, no período após a Primeira Guerra Mundial, a disciplina de Relações Internacionais se consolidou com o objetivo de analisar e compreender as causas e consequências das dinâmicas internacionais, cujo peso, segundo Jatobá, Lessa e Oliveira (2013), aumentava à medida que se intensificavam os vínculos de interdependência entre as sociedades. O foco de estudos e análises era o relacionamento entre Estados-nação no sistema internacional, sobretudo com relação a questões como o equilíbrio de poder e os motivos que levavam à guerra. Todo esse contexto fez com que a disciplina surgisse com um caráter fortemente eurocêntrico em suas bases epistemológicas.

A seguir, proponho uma breve síntese do desenvolvimento da disciplina de Relações Internacionais, com enfoque na corrente de estudos pós-positivistas que teve princípio nos Estudos Culturais e se desenvolveu até o Pós-colonialismo. Depois, busco demonstrar as críticas e novidades trazidas pela Teoria Decolonial com relação ao Pós-colonialismo, dando destaque ao protagonismo das epistemologias do Sul Global e à descentralização da produção do conhecimento por elas promovida – contexto no qual a América Latina pode, finalmente, inserir-se com mais autonomia nas teorias das Relações Internacionais. Encerrando o capítulo, apresento discussões e conceitos essenciais ao desenvolvimento dessa pesquisa, com base, sobretudo, no pensamento do sociólogo peruano Aníbal Quijano, buscando responder ao primeiro objetivo específico da pesquisa.

2.1 **A América Latina nas Relações Internacionais: Do início da disciplina à emergência do Pós-positivismo**

De acordo com Jatobá, Lessa e Oliveira (2013), uma forma de se compreender o desenvolvimento histórico da disciplina de Relações Internacionais – ou o estado de coisas nela em um dado momento – é através das *autoimagens*, que consistem em narrativas criadas dentro do âmbito da própria disciplina e referidas a si mesma. A autoimagem mais persistente no estudo da Teoria de Relações Internacionais (TRI) é a que representa a evolução da disciplina como uma sequência de “grandes debates”.

Apesar de considerada, por muitos estudiosos, demasiado simplista, essa autoimagem é, segundo o autor, mais do que uma representação didática do desenvolvimento histórico da TRI; a percepção contemporânea de “onde estamos” é profundamente moldada por essa ideia

(Jatobá; Lessa; Oliveira, 2013). Há, também, críticas que sugerem que “esse modo de apresentar a disciplina desconsidera as divergências internas em cada período ou abordagem [e que] a diversidade e a complexidade do pensamento de autores [...] são deixadas de lado.” (Jatobá; Lessa; Oliveira, 2013, p. 14).

Outro ponto a ser observado é o caráter seletivo – ou, até mesmo, omissivo e excludente – da compreensão das Relações Internacionais em autoimagens, considerando que, sob essa ótica, diversas vozes da história são silenciadas (Jatobá; Lessa; Oliveira, 2013). Essa crítica se assemelha, inclusive, ao ponto central da perspectiva decolonial, que será trabalhada mais à frente. De todo modo, uma vez que tal debate não é o foco da presente pesquisa, optei por adotar a autoimagem dos grandes debates nessa breve introdução sobre as Relações Internacionais.

Seguindo essa lógica, considera-se que o primeiro deles (ocorrido entre o final da Primeira Guerra Mundial e o final da Segunda) opunha as visões liberais e realistas sobre questões da política internacional do período entreguerras. Já o segundo (décadas de 1950 e 1960) enfatizou questões metodológicas e opôs as ideias dos behavioristas, ou cientificistas, e as dos humanistas, ou tradicionalistas (Jatobá; Lessa; Oliveira, 2013).

O terceiro e o quarto debates dividem opiniões entre os teóricos da área, mas, na obra de Jatobá, Lessa e Oliveira (2013), parte-se da visão de que eles corresponderam, respectivamente, ao debate interparadigmático entre os neorrealistas, liberais e globalistas (a partir da década de 1970) e ao debate entre críticos positivistas e pós-positivistas (a partir das duas últimas décadas do século XX). Outras versões acerca do quarto debate afirmariam que ele se deu entre neorrealistas e neoliberais, ou entre racionalistas e construtivistas sociais.

No entanto, como bem colocado por Jatobá, Lessa e Oliveira (2013), perspectivas sobre um debate contemporâneo das Relações Internacionais (da década de 1990 até os dias atuais) que não considerem as críticas pós-positivistas são, de fato, restritas e insuficientes. Essa corrente teórica consistia em uma oposição à ortodoxia teórica dos neorrealistas e neoliberais e à dominação do positivismo científico nas humanidades.

Com isso, um conjunto de novas abordagens – dentro das quais se destacam a Teoria Crítica, o Construtivismo Social, a Teoria Feminista, o Pós-estruturalismo, o Pós-modernismo, o Pós-colonialismo e ainda outras – passaram a desafiar as formas tradicionais de teorizar o conhecimento nas Relações Internacionais no século XXI (Jatobá; Lessa; Oliveira, 2013). Será dado foco, aqui, à corrente de estudos pós-colonialista.

2.1.1 *Estudos Culturais, Pós-colonialismo e o Giro Decolonial*

É no contexto das correntes de pensamento pós-positivistas que surgiram, na década de 1950, os Estudos Culturais. Originários da Grã-Bretanha, eles têm início, de acordo com Prysthon (2010), a partir do trabalho do crítico literário britânico Frank Raymond Leavis – precursor do *leavisismo*; porém, os dois representantes de maior destaque da emergência dessa corrente de estudos foram Richard Hoggart e Raymond Williams.

Hoggart e Williams, ambos oriundos das classes trabalhadoras inglesas, tiveram uma relação ambivalente com o leavisismo: por um lado, concordavam que os textos canônicos eram mais ricos que a cultura de massas (combatida pelo leavisismo); por outro, reconheciam que o leavisismo apagava ou não chegava a entrar em contato com as formas culturais compartilhadas pelas classes trabalhadoras (Prysthon, 2010). A autora acrescenta, ainda, que o historiador Edward P. Thompson se soma a esse grupo para compor os fundamentos dos Estudos Culturais.

Ao lado dessas obras fundadoras, Prysthon (2010) acrescenta que a fundação, por Richard Hoggart, do *Center for Contemporary Cultural Studies* (CCCS) foi crucial para a institucionalização dos Estudos Culturais – surgido em 1964, ligado ao *English Department* da Universidade de Birmingham. Esse centro funcionou como a base para diversos pesquisadores explorarem a função política da cultura, e, com uma orientação teórica marxista, passaram a fazer uso de termos como “hegemonia” e “subalterno”. Suas principais influências eram Gramsci e a Escola de Frankfurt (Prysthon, 2010).

Além do marxismo, a semiótica também vai formar a base dos Estudos Culturais, especialmente a partir do final dos anos 60. Stuart Hall aparece como a figura cardeal de uma abordagem mais estruturalista do campo, na qual o enfoque vai para o exame atento de práticas significantes e processos discursivos. Depois, cresce o diálogo entre os Estudos Culturais e a teoria francesa, e essa relação é colocada pela autora como um “território de fronteira” entre as ideias (pós) estruturalistas e os fundamentos marxistas (Prysthon, 2010).

A relação dos Estudos Culturais com a teoria francesa e com conceitos relacionados tanto ao pós-moderno quanto ao pós-estruturalista evidencia que essas linhas teóricas deram sustentação a várias das configurações contemporâneas dos Estudos Culturais (Prysthon, 2010). No entanto, segundo a autora, apesar de o pós-moderno enquanto conceito haver conseguido preencher certas funções dentro da cultura de final de milênio, ele não foi capaz de atender satisfatoriamente certos pleitos das culturas “periféricas” no sentido de apresentar e

propor o remapeamento teórico do mundo, uma reorganização dos cânones culturais, uma des-hierarquização geopolítica.

Do ponto de vista periférico, fez-se necessária uma instância teórica que trabalhasse as questões colocadas pelo problema do pós-moderno agenciando simultaneamente a identidade terceiro-mundista (ou periférica). A partir dos anos 80, pois, mais precisamente já no final dos anos 80, surgiu um termo substituto (enquanto instância teórica e talvez até como instância política) para o Terceiro Mundo. Pós-colonial, pós-colonialismo, substituem Terceiro Mundo em esferas bem específicas, a saber nos campos da produção acadêmica e polêmicas intelectuais. (Prysthon, 2010, p. 7).

Segundo Prysthon (2010), é daí que surge o termo “pós-colonial”, o qual substitui o paradigma terceiro-mundista em ciclos acadêmicos – juntamente ao termo “periferia” em outros contextos. Ainda segundo a autora, o pós-colonialismo, apesar de trazer o benefício de uma análise menos homogeneizadora, possui suas fraquezas por considerar o colonialismo como algo “superado”, sendo conveniente para os ciclos acadêmicos primeiro-mundistas. “Esta vulnerabilidade não anula a abertura que a teoria pós-colonial trouxe para a cultura (e principalmente para os intelectuais) dos países periféricos. Pois, o pós-colonialismo também poderia ter ‘algo’ de utópico, na medida em que traz à tona a ‘história da cultura dos oprimidos’ e des-hierarquiza a origem dos teóricos.” (Prysthon, 2010, p. 10).

Já a cientista política brasileira Ballestrin (2013), ao definir a genealogia do termo “pós-colonialismo”, aponta para duas possíveis compreensões. A primeira diz respeito ao tempo histórico posterior aos processos de descolonização do chamado “terceiro mundo”, a partir da metade do século XX, definindo uma temporalidade que remete às ideias de independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo e neocolonialismo – especialmente nos continentes asiático e africano. Já a segunda se refere a um conjunto de contribuições teóricas, oriundas principalmente dos estudos literários e culturais, que ganharam notoriedade em algumas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra a partir dos anos 1980.

Ainda que o pós-colonialismo seja primariamente associado às condições de emergência oferecidas pelos estudos pós-estruturalistas, desconstrutivistas e pós-modernos, Ballestrin (2013) destaca a importância de nos atentarmos ao fato de pensadores pós-coloniais poderem ser encontrados antes mesmo da institucionalização da corrente ou escola de pensamento pós-colonial. Outra observação da autora é que o pós-colonialismo surgiu a partir da identificação de uma relação antagônica por excelência: a do colonizado e a do colonizador.

Se por um lado essa fixação binária de identidades essencializadas foi rompida nos escritos de Memmi, Said, Spivak e Bhabha, por outro, ela foi permitida pela identificação daquilo que Mignolo (2003) chamou de ‘diferença colonial’. Nesse sentido, a relação colonial é uma relação antagônica. [...] Mesmo que não linear, disciplinado e articulado, o argumento pós-colonial em toda sua amplitude histórica, temporal, geográfica e disciplinar percebeu a diferença colonial e intercedeu pelo colonizado. Em essência, foi e é um argumento comprometido com a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade. Dessa forma, ele não é prerrogativa de autores diaspóricos ou colonizados das universidades periféricas (Ballestrin, 2013, p. 91).

Apesar de apontar para as possíveis críticas direcionadas ao pós-colonialismo, como o questionamento da legitimidade de quem com ele trabalha e da definição das obras “clássicas” das ciências sociais pela literatura pós-colonial, a autora também ressalta a existência de um certo “[...] entendimento compartilhado sobre a importância, atualidade e precipitação da chamada ‘tríade francesa’, Césaire, Memmi e Fanon, talvez pelo fato de o argumento pós-colonial ter sido, pela primeira vez, desenvolvido de forma mais ou menos simultânea.” (Ballestrin, 2013, p. 92).

Citando Spivak, Ballestrin indica que Aimé Césaire, Albert Memmi e Frantz Fanon foram os foram os porta-vozes que intercederam pelo colonizado quando este não tinha voz. A eles se soma Edward Said, a partir da conceitualização do “orientalismo”, e, assim, os quatro autores contribuíram para uma transformação lenta e não intencionada na própria base epistemológica das ciências sociais (Ballestrin, 2013).

Paralelamente, outro movimento que acabou por reforçar o pós-colonialismo como um movimento epistêmico, intelectual e político foi o Grupo de Estudos Subalternos. Formado na década de 1970, no sul-asiático, o grupo tinha a liderança de Ranajit Guha; mas foi na década de 1980 que os *subaltern studies* se tornaram conhecidos fora da Índia, especialmente através de Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Chakrabarty Spivak (Ballestrin, 2013, p. 92): “o termo ‘subalterno’ fora tomado emprestado de Antonio Gramsci e entendido como classe ou grupo desagregado e episódico que tem uma tendência histórica a uma unificação sempre provisória pela obliteração das classes dominantes.”.

Nos anos 1980, o debate pós-colonial foi difundido no campo da crítica literária e dos estudos culturais na Inglaterra e nos EUA, e seus expoentes mais conhecidos no Brasil são o indiano Homi Bhabha, o jamaicano Stuart Hall e o inglês Paul Gilroy. Em um contexto de globalização, a cultura, a identidade (classe/etnia/gênero), a migração e a diáspora apareceram como categorias fundamentais para observar as lógicas coloniais modernas, sendo os estudos pós-coloniais convergentes com os estudos culturais e multiculturais (Ballestrin, 2013).

Na década de 1990, nos Estados Unidos, tem início um movimento de preencher lacunas observadas em correntes de estudos anteriores, sobretudo com a necessidade de adaptar certos debates para a realidade latino-americana e fazer um recorte das categorias políticas de nação, classe e gênero. Em 1992, com a reimpressão de “Colonialidad y modernidad-racionalidad” de Aníbal Quijano, um grupo de intelectuais latino-americanos e americanistas fundou o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos – inspirado principalmente no Grupo Sul-Asiático dos Estudos Subalternos (Ballestrin, 2013).

O *founding statement* do grupo foi originalmente publicado em 1993 e, em 1998, Santiago Castro-Gómez traduziu o documento para o espanhol como “Manifiesto inaugural del Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos”¹. Com isso, a América Latina foi inserida no debate pós-colonial (Ballestrin, 2013).

Ainda de acordo com Ballestrin (2013), a incorporação do “Manifiesto” se deu em uma coletânea de artigos lançada em 1998 intitulada *Teorias sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate*, sob a coordenação de Eduardo Mendieta e Santiago Castro-Gómez. Nessa coletânea, o teórico argentino Walter Dignolo demonstra seu descontentamento com os estudos subalternos sul-asiáticos e denuncia o “imperialismo” dos estudos culturais, pós-coloniais e subalternos que não realizaram uma ruptura adequada com autores eurocêntricos (Mignolo, 1998 *apud* Ballestrin, 2013). A autora adiciona ainda que:

Para ele [Mignolo], o grupo dos latinos subalternos não deveria se espelhar na resposta indiana ao colonialismo, já que a trajetória da América Latina de dominação e resistência estava ela própria oculta no debate. A história do continente para o desenvolvimento do capitalismo mundial fora diferenciada, sendo a primeira a sofrer a violência do esquema colonial/imperial moderno (Ballestrin, 2013, p. 95).

Por divergências teóricas, o grupo foi desagregado em 1998 – ano em que ocorreram os primeiros encontros entre os membros que posteriormente formariam o Grupo Modernidade/Colonialidade. Grosfoguel (2008, p. 115 *apud* Ballestrin, 2013, p. 96), ao narrar

¹ O trabalho do Grupo de Estudos Subalternos, uma organização interdisciplinar de intelectuais sul-asiáticos dirigida por Ranajit Guha, inspirou-nos a fundar um projeto semelhante dedicado ao estudo do subalterno na América Latina. O atual dismantelamento dos regimes autoritários na América Latina, o final do comunismo e o conseqüente deslocamento dos projetos revolucionários, os processos de democratização, as novas dinâmicas criadas pelo efeito dos meios de comunicação de massa e a nova ordem econômica transnacional: todos esses são processos que convidam a buscar novas formas de pensar e de atuar politicamente. Por sua vez, a mudança na redefinição das esferas política e cultural na América Latina durante os anos recentes levou a vários intelectuais da região a revisar epistemologias previamente estabelecidas nas ciências sociais e humanidades. A tendência geral para uma democratização outorga prioridade a uma reconceitualização do pluralismo e das condições de subalternidade no interior das sociedades plurais (Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos, 1998 *apud* Ballestrin, 2013).

seu descontentamento com o projeto do grupo, atribuiu como motivo para sua dissolução a incapacidade de romper com a episteme – ao seu ver, ainda centrada no Norte – dos estudos regionais estadunidenses e dos estudos subalternos indianos.

O Grupo Modernidade/Colonialidade foi sendo paulatinamente estruturado por vários seminários, diálogos paralelos e publicações. Cabe ressaltar que a maioria dos componentes dos subalternos latinos não migrou para o coletivo, que teve Mignolo como um de seus fundadores. No ano de 1998, um importante encontro apoiado pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)² e realizado na Universidad Central de Venezuela reuniu pela primeira vez Edgardo Lander, Arturo Escobar, Walter Dussel, Aníbal Quijano e Fernando Coronil (Ballestrin, 2013).

No mesmo ano, Ramón Grosfoguel e Agustín Lao-Montes reuniram em Binghamton, para um congresso internacional, Mignolo, Dussel, Quijano e Immanuel Wallerstein. Na ocasião foi discutida pelos quatro autores a herança colonial na América Latina, a partir da análise do sistema-mundo de Wallerstein (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007 *apud* Ballestrin, 2013). Também contribuíram com o grupo, em circunstâncias e proporções diferentes, nomes como Santiago Castro-Gómez, Oscar Guardiola, Zulma Palermo, Freya Schiwy, Javier Sanjinés, Catherine Walsh, Nelson Maldonado-Torres, José David Saldívar, Lewis Gordon, Boaventura de Sousa Santos, Linda Alcoff, Eduardo Mendieta, Cristina Rojas e muitos outros (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007; Escobar, 2003; Mignolo, 2010).

“Muitos desses integrantes já haviam desenvolvido, desde os anos 1970, linhas de pensamento próprias, como é o caso de Dussel e a Filosofia da Libertação, Quijano e a Teoria da Dependência, e Wallerstein e a Teoria do Sistema-Mundo.” (Ballestrin, 2013, p. 98). Logo, a identidade do grupo Modernidade/Colonialidade acabou herdando essas e outras influências do pensamento crítico latino-americano do século XX.

Esse movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade é definido por Nelson Maldonado-Torres, em 2005, como o Giro Decolonial (Ballestrin, 2013). Tais estudos reverberaram diretamente na disciplina de Relações Internacionais – em que, finalmente, foi dado espaço aos países do Sul Global para que teorizem de forma autônoma sobre suas realidades e especificidades. Isso se aplica, também, aos estudos do âmbito cultural, incluindo novas reflexões sobre a construção, a imposição e o apagamento de identidades na América Latina.

² Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, fundado em 1967.

“Por fim, resta a explicação de um detalhe referente à identidade do coletivo M/C. Trata-se da sugestão feita por Catherine Walsh para a utilização da expressão ‘decolonização’ – com ou sem hífen – e não ‘descolonização’” (Mignolo, 2008 *apud* Ballestrin, 2013, p. 108). A supressão da letra “s” marcaria a distinção entre o projeto decolonial do Grupo Modernidade/Colonialidade e a ideia histórica de descolonização associada à libertação nacional durante a Guerra Fria; além disso, essa novidade insere o grupo em outra genealogia de pensamento, o que seria seu constitutivo diferencial (Ballestrin, 2013).

Em conclusão, ainda que assuma a influência do pós-colonialismo, o Grupo Modernidade/Colonialidade recusa o pertencimento e a filiação a essa corrente – o que também se aplica às outras influências recebidas que possibilitaram o surgimento e o desenvolvimento da sua construção teórica. A decolonização, portanto, é um diagnóstico e um prognóstico afastado e não reivindicado pelo *mainstream* do pós-colonialismo, e envolve diversas dimensões relacionadas com a colonialidade do ser, saber e poder (Ballestrin, 2013).

2.2 A tentativa de definição de uma identidade latino-americana

Discutir processos de construção identitária no continente latino-americano exige que seja feita, primeiramente, uma revisão dos momentos e eventos históricos que se passaram até chegarmos à compreensão atual sobre a América Latina – o que inclui debater até mesmo a origem do nome dado ao continente. Essa necessidade existe porque as conjunturas social, política e econômica e as raízes culturais latino-americanas, apesar de muito diversas, apresentam um fator em comum na sua definição: a colonização.

“Do ensaísmo literário ao marxismo latino-americano, passando pela teoria da dependência à filosofia da libertação, nota-se que o problema da colonialidade esteve fortemente presente no pensamento político latino-americano.” (Ballestrin, 2013, p. 91). A autora acrescenta que, no século XIX, escritores, políticos e ativistas – como Bolívar, Bilbao, Torres-Caicedo, Martí, Rodó e Bonfim – destinaram suas preocupações ao “sentido” e o “destino” da América e de seus povos mediante o problema da colonização ibérica.

O surgimento do nome América Latina ocorreu simultaneamente à criação de uma simbologia no seu entorno, e esses dois processos estiveram ligados à história das tentativas de apropriação do imaginário sobre esse “novo” lugar – e, conseqüentemente, também de suas riquezas materiais. O “descobrimento” da América Latina foi contado através da perspectiva dos colonizadores ibéricos, franceses e ingleses (e, mais tarde, dos “norte-americanos”), por

meio de uma narrativa que tentou apagar ou levar ao esquecimento a história dos povos autóctones, indígenas ou negros. (Farret; Pinto, 2011)

Desse modo, a América Latina foi se estabelecendo no mundo ocidental moderno como periferia, inferiorizada e explorada, sob uma identidade imposta que homogeneizou uma região que, na verdade, é extremamente diversificada dos pontos de vista étnico, cultural, linguístico, político e econômico (Farret; Pinto, 2011). Além disso, é essencial ressaltar, como em Farret e Pinto (2011), que a opção pelo uso do nome América Latina foi forjada por uma minoria, a elite político-econômica da América espanhola a partir do século XIX – e, portanto, tal identidade não representa diversos grupos sociais e povos originários essenciais ao nosso processo de construção identitária.

Sabe-se que o início dessa história de apropriação ocorreu após o início das expedições de Cristóvão Colombo às terras ainda desconhecidas pelos europeus, em 1492, quando o espanhol acreditava haver chegado a uma porção do continente asiático e a porção territorial foi denominada de “Índias”. Com suas viagens feitas a partir de 1499, Américo Vespúcio observou que o território possuía características muito diferentes das paisagens asiáticas, e passou a difundir a nomenclatura “Novo Mundo” para referir-se às terras que haviam sido “descobertas” pelas expedições europeias.

Com isso, um geógrafo alemão decidiu, em 1507, homenagear Américo Vespúcio e utilizar em um de seus mapas a denominação “América” em referência ao “novo continente” pela primeira vez – ou ao menos esta é a narrativa mais difundida entre estudiosos de diversas partes do mundo. No entanto, pouco se discute sobre o motivo pelo qual tal denominação (e, conseqüentemente, identidade) foi aceita/adotada.

O nome “América”, porém, não serviu aos interesses da elite colonial espanhola de imediato. Segundo o historiador francês François-Chavier Guerra (2003 *apud* Farret; Pinto, 2011), até 1810 as elites *criollas* se apresentavam como espanhóis iguais aos peninsulares para gozarem dos privilégios e foros que lhes dava sua condição de descendentes dos conquistadores e povoadores da América; a partir de 1810, a necessidade de distinguir-se de seus inimigos levou os insurgentes a colocar em primeiro plano esta identidade “americana”, que se havia consolidado em fins do século XVIII – o que se intensificou com o início dos processos de independência, no início do século XIX.

“Paralelamente à consolidação da ideia de ‘americano’, na América espanhola da pós-independência observa-se um fenômeno curioso: a mudança da utilização do termo ‘América’ por ‘Hispanoamérica’ no discurso dos líderes dos movimentos emancipatórios e das novas

elites.” (Farret; Pinto, 2011). Segundo Garcia (1860 *apud* Farret; Pinto, 2011) e Ardao (1980 *apud* Farret; Pinto, 2011) isso ocorreu, sobretudo, como uma tentativa de fugir das sombras do imperialismo estadunidense – que se apropriaram do termo “americano” para referir-se à sua nacionalidade.

Em 1823, os Estados Unidos instituíram a Doutrina Monroe, que tinha como lema “*A América para os americanos*”. A partir desse mecanismo, justificaram ações intervencionistas e de demonstração de poder em todos os países da América. Como bem colocado por Farret e Pinto (2011), o lema estadunidense poderia ser melhor colocado como “*A América para os norte-americanos*”.

Além de Hispanoamérica, outros termos também foram utilizados para designar a identidade do continente sul-americano, como Indoamérica, Iberoamérica, América Meridional e Magna Colômbia. “América Latina”, porém, foi o nome que mais logrou êxito, e o seu uso se perpetua até hoje. Com relação à arqueologia do nome, inicialmente, acreditava-se que houve uma influência direta da ideologia do panlatinismo³, a qual ganhava ênfase na França à época de Napoleão III (Farret; Pinto, 2011).

Já sobre o sentido a que remete a ideia de América Latina, Farret e Pinto (2011) argumentam, com base nas ideias de John Leddy Phelan, Arturo Ardao e Miguel Rojas Mix⁴, que uma possibilidade é a dualidade “América Saxônica” (do Norte, cujo povoamento ocorreu pelo conglomerado étnico anglo-saxão e protestante e cujo tronco linguístico é de origem germânica) versus “América Latina” (do Sul, povoada, sobretudo, por espanhóis, portugueses e franceses e cujo tronco linguístico é de origem latina).

Concordamos com Arturo Ardao quando ele afirma que não podemos [compreender o termo América Latina] em sua totalidade sem nos balizarmos pela expressão que de certa forma é a sua antítese: a “América Saxônica”. Como afirma Ardao, América Latina e América Saxônica “são conceitos correlacionados, ainda que por oposição; não puderam aparecer e se desenvolver a não ser juntos, mesmo que por contraste”. Esta dualidade [...] não se expressa [...] na linguagem cotidiana, visto que não nos referimos aos americanos dos Estados Unidos como “saxoamericanos”, mas sim como norte-americanos. (Ardao, 1980, p. 16-17 *apud* Farret; Pinto, 2011, p. 35-36).

³ Ideologia que consistia em “[...] subjugar as nações hispano-americanas ao poderio francês, e ao mesmo tempo visava diminuir a área de atuação da política imperialista dos Estados Unidos. Seu ponto central era a aproximação cultural entre a França e as nascentes repúblicas de língua espanhola, a partir de uma união “latina” intercontinental, mas que obviamente teria a França como liderança.” (Phelan, 1993, p. 461 *apud* Farret; Pinto, 2012, p. 35).

⁴ Farret e Pinto (2012) indicam detalhadamente as convergências e divergências entre os argumentos dos autores que tiveram como base para seu trabalho; coloco, aqui, a ideia geral expressa de maneira reduzida.

É proposto, ainda, um debate historiográfico sobre a quem atribuir o início da utilização do nome América Latina (Francisco Bilbao ou José Maria Torres Caicedo), e um linguístico sobre a compreensão do termo “latina” como um substantivo ou um adjetivo. Considero dispensável citá-los em detalhes para a compreensão da presente pesquisa; mas, de modo geral, os autores concluíram que a gênese do termo “América Latina” coube aos intelectuais hispano-americanos – ao contrário do que acreditava Phelan (Farret; Pinto, 2011).

Um último ponto a ser mencionado com relação a esse estudo é que, segundo os autores, Miguel Rojas Mix parece concordar com Granados Garcia ao afirmar que “[...] a hispanoamericanidade se define pelo único vínculo importante deixado pela dominação espanhola: a língua. Conseqüentemente, é vista como uma comunidade cultural formada pelas repúblicas, antigas colônias espanholas.” (Rojas Mix, 1991, p. 64-65 *apud* Farret; Pinto, 2011, p. 40). Podemos tomar essa afirmação como ponto de partida para a análise de uma questão essencial no debate – que será aprofundado mais à frente – sobre a identidade latino-americana: o vínculo criado automaticamente entre as nações que compartilham a mesma língua-materna, o espanhol, e a conseqüente exclusão do Brasil desse elo identitário.

Quijano (2005, p. 117), em “*Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*”, sustenta o argumento de que a América se constituiu como a primeira experiência no espaço-tempo de um padrão de poder em nível mundial, o que ocorreu com base em dois eixos principais: a classificação social da população a partir da ideia de raça, segmentando conquistadores e conquistados, e a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho em torno do capital e do mercado mundial. Com isso, criou-se a primeira *id-entidade* da suposta modernidade.

De acordo com Quijano, a ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América, e termos como *espanhol*, *português* e – mais tarde – *européu*, que antes indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, adquiriram conotação racial em relação às novas identidades. E assim, a raça e as identidades raciais se tornaram esse novo instrumento de classificação da população, no qual os povos dominadores se referiam a si mesmos como brancos (Quijano, 2005, p. 117-118).

Já em relação ao segundo eixo, o autor afirma que “[...] no processo de constituição histórica da América, todas as formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos foram articuladas em torno da relação capital-salário (de agora em diante capital) e do mercado mundial.” (Quijano, 2005, p. 118). Com isso, teve início um novo padrão global de controle do trabalho – um elemento fundamental

do novo padrão de poder que ali surgia. Ambos os padrões são, segundo Quijano, dependentes histórico-estruturalmente (Quijano, 2005).

Sendo assim, a Europa pôde, por meio da exploração do trabalho das supostas “raças inferiores” e do uso dos recursos disponíveis nos territórios das colônias, desenvolver-se economicamente e controlar o novo mercado mundial. Utilizando-se do poder constituído a partir da América – contexto em que as relações sociais de controle do trabalho passaram a ser determinadas pelo capital –, a Europa se tornou o centro do capital mundial.

O processo de imposição do caráter de inferioridade aos povos conquistados, ocorrido na América, fez com que uma região historicamente nova se constituísse como uma nova identidade geocultural: Europa, mais especificamente Europa Ocidental (Quijano, 2005). Nesse novo padrão de poder mundial estabelecido pela Europa, criou-se, como consequência, uma nova intersubjetividade mundial:

[A Europa] pôde impor seu domínio colonial sobre todas as regiões e populações do planeta, incorporando-as ao ‘sistema-mundo’ que assim se constituía, e a seu padrão específico de poder. Para tais regiões e populações, isso implicou um processo de *re-identificação histórica*, pois da Europa foram-lhes atribuídas novas identidades geoculturais. (Quijano, 2005, p. 121).

E assim, após América e Europa, estabeleceram-se as identidades da África, Ásia e, eventualmente, Oceania – determinadas, sobretudo, pela colonialidade do novo padrão de poder, mas também pelas formas e o nível de desenvolvimento político e cultural, mais especificamente intelectual⁵.

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento (Quijano, 2005, p. 121).

No processo que levou a esse resultado, os colonizadores exerceram inúmeras operações que levaram à configuração de um novo universo de relações intersubjetivas de

⁵ “[...] Sem esses fatores, a categoria *Oriente* não teria sido elaborada como a única com a dignidade suficiente para ser o Outro, ainda que por definição inferior, de *Ocidente*, sem que alguma equivalente fosse criada para *índios* ou *negros*. Mas esta mesma omissão põe a nu que esses outros fatores atuaram também dentro do padrão racista de classificação social universal da população mundial.” (Quijano, 2005, p. 121).

dominação entre o europeu e as demais regiões e populações do mundo. Expropriaram das populações colonizadas, dentre seus descobrimentos culturais, aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo; reprimiram tanto como puderam as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade; forçaram os colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação⁶ (Quijano, 2005):

[...] Todo esse acidentado processo implicou no longo prazo uma colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura (Quijano, 2005, p. 121).

Ainda de acordo com o autor, o êxito da Europa Ocidental em se transformar o centro do sistema-mundo moderno, como formulado por Immanuel Wallerstein, desenvolveu nos europeus um traço comum: o etnocentrismo. A partir disso, teve início uma operação de fundamental importância para a consolidação do novo padrão de poder mundial: os europeus geraram uma nova perspectiva temporal da história e re-situaram os povos colonizados, bem como suas respectivas histórias e culturas, no passado de uma trajetória histórica cuja culminação era a Europa (Quijano, 2005, p. 121).

Desse ponto de vista, as relações intersubjetivas e culturais entre a Europa, ou, melhor dizendo, a Europa Ocidental, e o restante do mundo, foram codificadas num jogo inteiro de novas categorias: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-razional, tradicional-moderno. Em suma, Europa e não-Europa. Mesmo assim, a única categoria com a devida honra de ser reconhecida como o Outro da Europa ou “Occidente”, foi “Oriente”. Não os “índios” da América, tampouco os “negros” da África. Estes eram simplesmente “primitivos”. Sob essa codificação das relações entre europeu/não-europeu, raça é, sem dúvida, a categoria básica (Quijano, 2005, p. 122).

O fato de os europeus ocidentais se considerarem a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza os levou, também, a pensar-se como os mais modernos da humanidade e de sua história – isto é, como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie. Logo, atribuíram ao restante da espécie humana o pertencimento a uma categoria inferior e anterior à sua suposta evolução, e foram capazes de difundir e estabelecer

⁶ “[...] A repressão neste campo foi reconhecidamente mais violenta, profunda e duradoura entre os índios da América ibérica, a que condenaram a ser uma subcultura camponesa, iletrada, despojando-os de sua herança intelectual objetivada. Algo equivalente ocorreu na África. Sem dúvida muito menor foi a repressão no caso da Ásia, onde portanto uma parte importante da história e da herança intelectual, escrita, pôde ser preservada. E foi isso, precisamente, o que deu origem à categoria de Oriente.” (Quijano, 2005, p. 121).

essa perspectiva histórica como hegemônica dentro do universo subjetivo do novo padrão de poder mundial (Quijano, 2005).

A partir desse mito fundacional da versão eurocêntrica da modernidade (a ideia do estado de natureza como ponto de partida do curso civilizatório, cuja culminação é a civilização europeia ocidental), origina-se a perspectiva evolucionista de movimento e mudança unilinear e unidirecional da história humana. Tal mito foi associado com a classificação racial da população do mundo, que produziu uma visão na qual se amalgamam, paradoxalmente, evolucionismo e dualismo – uma visão que só adquire sentido como expressão do exacerbado etnocentrismo da recém-constituída Europa (Quijano, 2005).

No entanto, segundo Quijano (2005), a história é muito distinta. Por um lado, quando os ibéricos conquistaram, nomearam e colonizaram a América, encontraram inúmeros diferentes povos, cada um com sua própria história, linguagem, descobrimentos e produtos culturais, memória e identidade. Trezentos anos mais tarde, todos eles foram reduzidos a uma única identidade: *índios* – uma nova identidade que era racial, colonial e negativa.

[A] história do poder colonial teve duas implicações decisivas. A primeira é óbvia: todos aqueles povos foram despojados de suas próprias e singulares identidades históricas. A segunda é, talvez, menos óbvia, mas não é menos decisiva: sua nova identidade racial, colonial e negativa, implicava o despojo de seu lugar na história da produção cultural da humanidade. Daí em diante não seriam nada mais que raças inferiores, capazes somente de produzir culturas inferiores (Quijano, 2005, p. 127).

Cabe ressaltar, porém, que a primeira identidade geocultural moderna e mundial foi a América, e que a Europa – a segunda – se desenvolveu a partir dela. A constituição da Europa como nova entidade/identidade histórica se fez possível, sobretudo, com o trabalho gratuito dos índios, negros e mestiços da América, e foi sobre essa base que a região se configurou como sede do controle das rotas atlânticas – convertidas, por sua vez, nas rotas decisivas do mercado mundial. Sendo assim, América e Europa produziram-se mutuamente, e se tornaram as duas primeiras identidades geoculturais do mundo moderno (Quijano, 2005).

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva e um modo de produção do conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder – colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Para Quijano (2005), essa perspectiva e “modo correto” de produzir conhecimento são o que configura o *eurocentrismo*.⁷ E a articulação

⁷ “Não se trata, em consequência, de uma categoria que implica toda a história cognoscitiva em toda a Europa, nem na Europa Ocidental em particular. Em outras palavras, não se refere a todos os modos de conhecer de todos os europeus e em todas as épocas, mas a uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais. [...]” (Quijano, 2005).

peculiar entre um dualismo (pré-capital/capital, não europeu/europeu, primitivo/civilizado, tradicional/moderno) e um evolucionismo linear, unidirecional, de algum estado de natureza à sociedade moderna europeia, é um de seus principais elementos (Quijano, 2005).

Ademais, a naturalização das diferenças culturais entre grupos humanos através da sua codificação pela ideia de raça e a distorcida realocação temporal das diferenças, de modo que tudo aquilo que não é europeu é percebido como passado ou inferior, são também elementos intrínsecos ao eurocentrismo; e isso é observado a partir do confronto entre a experiência histórica e a perspectiva eurocêntrica de conhecimento. Todas essas operações intelectuais são interdependentes, e não teriam podido ser cultivadas e desenvolvidas sem a colonialidade do poder (Quijano, 2005).

A homogeneidade promovida pelo eurocentrismo como forma de se impor frente às outras formas de produção de conhecimento e subjetividade no restante do mundo – e sobrepô-las – implica, obviamente, o apagamento de inúmeras identidades. Um dos principais exemplos disso é o caso dos povos originários latino-americanos, que, segundo Porto-Gonçalves (2009), compunham uma população estimada entre 57 e 90 milhões de habitantes antes da chegada dos invasores europeus no continente. Esses povos se distinguem – para citar alguns – como maia, kuna, chibcha, mixteca, zapoteca, ashuar, huarani, guarani, tupinikin, kaiapó, aymara, ashaninka, kaxinawa, tikuna, terena, quéchua, karajás, krenak, araucanos/mapuche, yanomami, xavante e muitos outros, entre as tantas nacionalidades desse continente.

Retomando a discussão sobre o nome América Latina, é essencial ressaltar a luta de resistência pelos povos que não se sentem por ele contemplados – daí surge o nome Abya Yala, que, na língua do povo Kuna⁸, significa “Terra madura”, “Terra Viva” ou “Terra em florescimento”, e é sinônimo de América. Abya Yala vem sendo usado como uma autodesignação dos povos originários do continente como contraponto a América – expressão que, como discutido anteriormente, só se consagra a partir de finais do século XVIII e inícios do século XIX por meio das elites criollas como uma autoafirmação frente aos conquistadores europeus, no bojo dos processos de independência nacional (Porto-Gonçalves, 2009).

Embora os diferentes povos originários que habitam o continente atribuam nomes próprios às regiões que ocupavam (ou ocupavam), como Tawantinsuyu, Anauhuac e

⁸ O povo Kuna é originário da Serra Nevada, no norte da Colômbia, e habitou também as regiões do Golfo de Urabá e das montanhas de Darien; vive atualmente na costa caribenha do Panamá na Comarca de Kuna Yala – San Blas (Porto-Gonçalves, 2009).

Pindorama, a expressão Abya Yala vem sendo cada vez mais usada com o objetivo de construir um sentimento de unidade e pertencimento. E, apesar de alguns intelectuais, como o sociólogo catalão-boliviano Xavier Albó, já haverem utilizado a designação anteriormente, “[...] a primeira vez que a expressão foi explicitamente usada com esse sentido político foi na *II Cumbre Continental de los Pueblos y Nacionalidades Indígenas de Abya Yala* realizada em Quito, em 2004.” (Porto-Gonçalves, 2009). O nome América vem sendo substituído por Abya Yala, indicando sobretudo a presença de outro sujeito enunciativo de discurso até aqui calado e subalternizado em termos políticos: os povos originários:

A ideia de um nome próprio que abarcasse todo o continente se impôs a esses diferentes povos e nacionalidades no momento em que começaram a superar o longo processo de isolamento político a que se viram submetidos [e] junto com Abya Yala há todo um novo léxico político que também vem sendo construído. [...]. (Porto-Gonçalves, 2009, p. 2).

A própria expressão afirmativa “povos originários” ganha sentido, pois foi a solução que esses povos em luta encontraram para se autodesignarem e superarem a generalização eurocêntrica de “povos indígenas” (Porto-Gonçalves, 2009). Sendo assim, “[...] é com a incorporação dos povos de Abya Yala e o seu subjugo político, juntamente com o tráfico e a escravidão dos negros africanos trazidos para este continente, que se ensejará a centralidade da Europa. Enfim, o surgimento do sistema-mundo moderno se dá junto com a construção da colonialidade.” (Porto-Gonçalves, 2009, p. 3). Com isso, é retomado e exemplificado o argumento central de Aníbal Quijano.

É de um sistema-mundo moderno-colonial que se trata, portanto. E é esse caráter contraditório inscrito no sistema-mundo moderno, que procura olvidar o seu caráter também colonial, que os povos originários de Abya Yala vêm procurando explicitar na luta “pela liberação definitiva de nossos povos irmãos, da mãe terra, do território, da água e de todo patrimônio natural para viver bem”. Deste modo, a descolonização do pensamento se coloca como central para os povos originários de Abya Yala (Porto-Gonçalves, 2009, p. 3).

Destaca, ainda, a fala de Luis Macas, da *Coordinadora de las Nacionalidades Indígenas del Ecuador* (CONAIE): “*nuestra lucha es epistémica y política*”. Nesse sentido, o poder de designar o que é o mundo cumpre um papel fundamental (Porto-Gonçalves, 2009).

2.3 Os processos de construção das identidades nacionais na América Latina e a formação dos Estados-nação “independentes”

Diferentemente da Europa ocidental, em que a relação capital-salário é o eixo principal das estruturas de poder e das diferenças de classes, na América Latina as formas mais estendidas de controle do trabalho são não-salariais – ainda que em benefício global do capital –, o que implica que as relações de exploração e de dominação têm caráter colonial. Desde inícios do século XIX, a independência política está acompanhada, na maioria dos novos países, pelo estancamento e retrocesso do capital e fortalece o caráter colonial da dominação social e política sob Estados formalmente independentes (Quijano, 2005).

Para o autor, o novo padrão de poder mundial estabelecido pela Europa, que se utilizou do poder constituído a partir da experiência de colonização da América Latina, influenciou diretamente a forma como os Estados-nações se constituíram aqui:

Aplicada de maneira específica à experiência histórica latino-americana, a perspectiva eurocêntrica de conhecimento opera como um espelho que distorce o que reflete. [...] Daí que quando olhamos nosso espelho eurocêntrico, a imagem que vemos seja necessariamente parcial e distorcida (Quijano, 2005, p. 129-130).

Ainda segundo Quijano (2005), aqui a tragédia é que todos fomos conduzidos a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós, e, por isso, seguimos sendo o que não somos. Como resultado, não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida. A questão nacional na América Latina – ou o problema do Estado-nação moderno – é, portanto, um exemplo dessa tragédia.

O que compreendemos por Estado-nação, para Quijano (2005), configura uma espécie de sociedade individualizada que implica as instituições modernas de cidadania e democracia política, haja vista que “[...] cada processo conhecido de nacionalização da sociedade nos tempos modernos ocorreu somente através de uma relativa [...], mas importante e real democratização do controle do trabalho, dos recursos produtivos e do controle da geração e gestão das instituições políticas”. (Quijano, 2005, p. 130). Afirma ainda que, assim, a cidadania pode servir como igualdade legal, civil e política para pessoas socialmente desiguais.

Devido a essas características, o Estado-nação pode ser compreendido por seus membros como a representação da identidade de certa sociedade; contudo, toda sociedade é uma estrutura de poder, uma vez que o poder é o elemento que articula formas de existência

social dispersas e diversas numa totalidade única. Em consequência, como posto por Quijano (2005), todo Estado-nação é ao mesmo tempo uma estrutura e poder e produto do poder. No entanto, é essencial ressaltar que:

[...] se um Estado-nação moderno pode expressar-se em seus membros como uma identidade, não é somente devido a que pode ser imaginado como uma comunidade. Os membros precisam ter em comum algo real, não só imaginado, algo que compartilhar. E isso, em todos os reais Estados-nação modernos, é uma participação mais ou menos democrática na distribuição do controle do poder (Quijano, 2005, p. 130).

Esse processo de homogeneização das pessoas em um Estado-nação moderno, contudo, não pode ocorrer de forma democrática – implicando igualdade jurídica e civil a pessoas desigualmente situadas nas relações de poder – se as relações sociais em todos os outros âmbitos da existência forem radicalmente não democráticas ou antidemocráticas (Quijano, 2005). Na Europa, o processo que levou à formação de estruturas de poder configuradas como Estado-nação iniciou-se como um processo de colonização de alguns povos sobre outros, a exemplo da Espanha e da França.

Além disso, “[...] a existência de um forte Estado central não é suficiente para produzir um processo de relativa homogeneização de uma população previamente diversa e heterogênea, para produzir assim uma identidade comum e uma forte e duradoura lealdade a tal identidade.” (Quijano, 2005, p. 131). E, tendo-se como base os casos de nacionalização bem-sucedida na Europa, é possível concluir, de acordo com Quijano (2005), que um importante processo de democratização da sociedade é a condição básica para a sua nacionalização e a sua organização política num Estado-nação moderno. Torna-se evidente, então, a motivação do maior sucesso da França – que passou pelo momento histórico da Revolução Francesa – em relação à Espanha no processo de consolidação de um Estado-nação.

Na América Latina, obviamente, devido ao processo de colonização ao qual todas as nações foram submetidas, a formação do suposto Estado-nação moderno não poderia ocorrer de forma pacífica e democrática, haja vista que representou a imposição de mais uma estrutura de poder em formato eurocêntrico. Nos países do Cone Sul (Argentina, Chile e Uruguai), de forma similar aos Estados Unidos, os povos indígenas, em sua maioria, não foram integrados à sociedade colonial, pois não foram considerados pelos colonos adequados para serem feitos de trabalhadores explorados. Nesses três países, também a população negra

foi uma minoria durante o período colonial, em comparação com outras regiões dominadas por espanhóis ou portugueses (Quijano, 2005):

[As elites dominantes dos novos países do Cone Sul] [...] consideraram, como no caso dos Estados Unidos, necessária a conquista do território que os índios povoavam e o extermínio destes como forma rápida de homogeneizar a população nacional e, desse modo, facilitar o processo de constituição de um Estado-nação moderno, à europeia. Na Argentina e no Uruguai isso foi feito no século XIX. E no Chile durante as três primeiras décadas do século XX. (Quijano, 2005, p. 132).

Ademais, estes países atraíram milhões de imigrantes europeus, o que contribuiu para consolidar em aparência a branquitude de suas sociedades, na tentativa de um projeto de homogeneização (Quijano, 2005). Em comparação com o caso estadunidense, em que os processos de colonização e formação do Estado-nação se deram de maneira diferente da América Latina, um elemento crucial introduziu uma diferença básica nos países do Cone Sul – em especial na Argentina:

Enquanto nos Estados Unidos a distribuição da terra produziu-se de uma maneira menos concentrada durante um importante período, na Argentina [...] ocorreu de uma maneira completamente distinta. A extrema concentração [...] em particular das terras conquistadas aos índios, tornou impossível qualquer tipo de relações sociais democráticas entre os próprios brancos e em consequência de toda relação política democrática (Quijano, 2005, p. 133).

E assim, no lugar de uma sociedade democrática e capaz de representar-se e organizar-se politicamente num Estado democrático, o que se constituiu na Argentina foi uma sociedade e um Estado oligárquicos, só parcialmente desmantelados desde a Segunda Guerra Mundial. Posteriormente, em uma massiva onda migratória do sul, do centro e do leste da Europa ao final do século XVIII para a costa atlântica argentina, a população de imigrantes não encontrou na região uma sociedade com estrutura, história e identidade suficientemente densas e estáveis para incorporar-se a ela – como ocorreu no caso dos Estados Unidos, no Chile e no Uruguai (Quijano, 2005).

Ao fim do século XIX, a população de Buenos Aires era composta em mais de 80% por imigrantes de origem europeia. Com isso, houve uma dificuldade para que aderissem a uma identidade nacional e cultural diferentes da europeia, ao passo que rejeitavam explicitamente a identidade associada à herança histórica latino-americana – e, em particular, qualquer parentesco com a população indígena (Quijano, 2005).

De acordo com Quijano (2005), a concentração de terra no Chile foi igualmente forte, e um pouco menor no Uruguai. Mas diferentemente da Argentina os imigrantes europeus encontraram nesses países uma sociedade, um Estado e uma identidade já suficientemente densos e constituídos, aos quais se incorporaram e com os quais se identificaram mais facilmente do que no caso argentino. Porém, é importante destacar que, no caso chileno,

[...] a expansão territorial às custas da Bolívia e do Peru permitia à burguesia chilena o controle de recursos cuja importância marcou desde então a história do país: salitre primeiro, e cobre pouco depois. Nos pampas salitreiras formou-se o primeiro grande contingente de assalariados operários da América Latina, desde mediados do século XIX, e mais tarde foi no cobre que se formou a coluna vertebral das organizações sociais e políticas dos operários chilenos da velha república (Quijano, 2005, p. 133).

Com isso, os benefícios dessa produção, que eram distribuídos entre as burguesias britânica e chilena, impulsionavam a agricultura comercial e a economia urbana. “Formaram-se novas camadas de assalariados urbanos e novas camadas médias relativamente amplas, junto com a modernização de uma parte importante da burguesia senhorial.” (Quijano, 2005, p. 133). E, ainda segundo o autor, foram essas condições que possibilitaram aos trabalhadores e às classes médias poderem negociar com algum êxito, desde 1930-35, as condições da dominação/exploração/conflito – isto é, da democracia nas condições do capitalismo.

“Desse modo, pôde ser estabelecido um poder configurado como Estado-nação de brancos, logicamente. Os índios, exígua minoria de sobreviventes habitando as terras mais pobres e inóspitas do país, foram excluídos desse Estado-nação.” (Quijano, 2005). Até há pouco, indica o autor, os povos originários eram sociologicamente invisíveis; agora já menos, pois começam a mobilizar-se em defesa dessas mesmas terras que também arriscam perder face ao capital global.

Somado a isso, Quijano (2005) adiciona que no Chile a servidão indígena e a escravização dos negros foram mais restritas, haja vista que essas populações eram uma minoria local. Deste modo, essas raças não eram uma grande fonte de trabalho gratuito – diferentemente dos demais países do continente durante o período colonial. Consequentemente, desde o início do processo de independência uma grande parte da produção local esteve baseada nos salários e no capital, e por essa razão o mercado interno foi vital para a burguesia pré-monopólica.

Segundo Quijano (2005), o processo de homogeneização dos membros da sociedade imaginada – de uma perspectiva eurocêntrica, como característica e condição dos Estados-nação modernos – foi praticado nos países do Cone Sul latino-americano não por meio da descolonização e da democratização fundamental das relações sociais e políticas entre os diversos grupos que compunham as populações locais. Isso se deu, na verdade, através da exclusão e da eliminação massiva de alguns deles (indígenas, negros, mestiços).

Dadas essas condições históricas, a democracia alcançada e o Estado-nação constituído não podiam ser afirmados e estáveis, e a história política desses países não pode ser explicada à margem dessas determinações. E nos demais países latino-americanos, essa trajetória eurocêntrica em direção ao Estado-nação se demonstrou até agora impossível de chegar a termo, conforme postulado por Quijano (2005).

Adiciona ainda que, “no caso do Brasil, os negros não eram nada além de escravos e a maioria dos índios constituía-se de povos da Amazônia, sendo desta maneira estrangeiros para o novo Estado” (Quijano, 2005, p. 134). O México, a Bolívia, o Haiti e o Peru foram os países latino-americanos que chegaram tão longe quanto possível no processo de descolonização social, mas em todas as outras colônias ibéricas os grupos dominantes tiveram êxito em evitar que as revoluções e resistências populares fossem triunfantes na luta por Estados independentes e livres do colonialismo (Quijano, 2005).

Com exceção do caso chileno, em que a produção baseada nos salários e no capital criava uma área de interesses comuns entre os trabalhadores assalariados, os produtores independentes e a burguesia local – gerando um interesse nacional para a grande maioria da população do novo Estado-nação –, “[...] nas outras sociedades ibero-americanas, a pequena minoria branca no controle dos Estados independentes e das sociedades coloniais não podia ter tido nem sentido nenhum interesse social comum com os índios, negros e mestiços.” (Quijano, 2005, p. 134).

De modo contrário, esses grupos tinham interesses expressamente antagônicos, dado que o privilégio das elites se dava por meio do domínio e da exploração dos servos indígenas e dos escravos negros. Em consequência, [...] do ponto de vista dos dominadores, seus interesses sociais estiveram muito mais próximos dos interesses de

seus pares europeus, e por isso estiveram sempre inclinados a seguir os interesses da burguesia europeia. Eram, pois, dependentes.” (Quijano, 2005, p. 134).

Contudo, os senhores brancos latino-americanos eram dependentes de uma maneira específica, não por estarem subordinados a um poder político ou econômico maior. Seus interesses eram antagônicos aos dos servos e escravos, que representavam a avassaladora maioria da população dos novos Estados, e não podiam acumular benefícios comerciais comprando força de trabalho assalariada, justamente porque isso ia contra a reprodução de sua condição de senhores. Então, destinavam seus benefícios comerciais ao consumo ostentoso das mercadorias produzidas, sobretudo, na Europa (Quijano, 2005).

“A dependência dos capitalistas senhoriais desses países tinha como consequência uma fonte inescapável: a colonialidade de seu poder levava-os a perceber seus interesses sociais como iguais aos dos outros brancos dominantes, na Europa e nos Estados Unidos.” (Quijano, 2005, p. 135). No entanto, essa mesma colonialidade do poder impedia-os de desenvolver realmente seus interesses sociais na mesma direção que os de seus pares europeus, ou seja, transformar o capital comercial em capital industrial, uma vez que isso implicaria libertar servos indígenas e escravos negros e transformá-los em trabalhadores assalariados (Quijano, 2005).

Por óbvias razões, os dominadores coloniais dos novos Estados independentes, em especial na América do Sul depois da crise de fins do século XVIII, não podiam ser nada além de sócios menores da burguesia europeia. Quando muito mais tarde foi necessário libertar os escravos, não foi para assalariá-los, mas para substituí-los por trabalhadores imigrantes de outros países, europeus e asiáticos. A eliminação da servidão dos índios é recente. Não havia nenhum interesse social comum, nenhum mercado próprio a defender, o que teria incluído o assalariado, já que nenhum mercado local era de interesse dos dominadores. Não havia, simplesmente, nenhum interesse nacional (Quijano, 2005, p. 135).

Contudo, além de a relação colônia-Metrópole haver se perpetuado na forma da dependência internacional, o que se observou em alguns dos casos de independência Latino-americana é que essa estrutura também “repetiu-se dentro dos próprios países colonizados, nas relações que se foram desenvolvendo entre uns quantos ‘polos de crescimento’ e o resto do país” (Satavnhagen, 1965, p. 161 *apud* Silva, 2019, p. 34).

Conforme colocado por Silva (2019), é no contexto de consolidação da economia-mundo ocidental, eurocêntrica e capitalista que se desenvolveu e perpetuou o que González

Casanova (1995) e Stavenhagen (2014) denominam de colonialismo interno, concomitante à dinâmica de colonialidade. O colonialismo interno “só pôde surgir através do grande movimento de independência das antigas colônias” (González Casanova, 2002, p. 83 *apud* Silva, 2019, p. 35).

Isso está vinculado diretamente ao fenômeno de conquista e domínio, em que os povos nativos primeiramente submetidos ao domínio colonial assim permanecem na formação dos Estados independentes, seja naqueles em que ocorreu a revolução socialista, seja naqueles em que ocorreu a guinada do capitalismo (González Casanova, 2007 *apud* Silva, 2019). Além disso, é também essencial pontuar que:

É justamente a heterogeneidade cultural, que historicamente produziu as conquistas de uns povos por outros, que permite ao colonialismo expor as relações de exploração que opõe diferentes civilizações, diferentes formas de ver o mundo. Esta dinâmica de exploração articula-se de maneira diversa em cada realidade social de colonialismo interno, todavia, todas as formas de colonialismo interno compartilham a condição de categoria complexa, vinculada ao colonialismo internacional, seja ele formal ou informal (colonialidade) (Silva, 2019, p. 35).

Além disso, nos Estados independentes de sociedade colonial, desenvolveu-se uma consciência colonizadora nas elites nacionais que buscavam aniquilar e/ou explorar as identidades autóctones. “Como padrão de relação doméstica, o colonialismo interno sustenta-se em um discurso de “questão nacional” que na verdade busca opor-se a qualquer reivindicação de autodeterminação das minorias [...]” (Silva, 2019, p. 35).

Dessa forma, apesar de supostamente atuarem em nome da democracia, do nacionalismo, do progresso e da segurança nacional, a elite nacional e os assimilados locais revelam-se beneficiários das mais diversas formas de exploração, haja vista que no espaço dominado pelo capitalismo ocidental, sobretudo nas periferias, “[...] a ideologia de uma identidade nacional é forjada para legitimar a conquista de territórios e o domínio de povos no intuito de dirimir poderes e saberes concorrentes e possibilitar a preponderância do Estado e do mercado.” (Silva, 2019, p. 36).

2.3.1 *Conceitos de identidade cultural e identidade nacional*

De acordo com Figueiredo e Noronha (2005) o debate sobre a questão identitária na contemporaneidade é bastante complexo, pois a definição parte de um uso ontológico e caminha rumo a empregos cada vez mais fluidos – do sociológico ao antropológico, do

político ao cultural, do literário ao existencial –, o que dificulta a concepção de uma “identidade fixa”. Uma confusão conceitual recorrente é o tratamento da *identidade nacional* e da *identidade cultural* como sinônimos; a seguir, pretendo fazer essa diferenciação indispensável à compreensão da pesquisa como um todo.

Primeiramente, é essencial ressaltar que as manifestações artísticas e culturais possuem um papel central dentro do processo de construção da identidade nacional, mas esse inclui, também, aspectos políticos, econômicos, militares e geográficos. A cultura como parte da identidade nacional não deve, portanto, ser confundida com a identidade cultural.

Definir a identidade cultural, segundo Souza (2017), deve envolver, como efeito ou como parte constituinte, as transformações sociopolíticas. A autora acrescenta ainda que as manifestações artísticas, por sua vez, entendidas ou como reflexo do fato histórico-equívoco difícil de ser sanado ou como parte integrante do acontecimento, sempre se apresentaram em posição crítica diante das contradições de seu tempo.

Fala-se em identidade cultural quando se quer referir a grupos que não se apoiam em um Estado-nação, mas que reivindicam a pertença a uma cultura comum. Nesse caso, não se mobiliza a referência geográfica, e a tendência desses movimentos é ser transnacional, baseando-se em categorias tão diversas como raça, etnia, gênero, religião. Todavia, também nesse caso, trata-se de determinar um patrimônio comum e difundi-lo. Isso implica na revisão da história e no questionamento da cultura hegemônica, que não os incluiu, na busca de antepassados, na criação de uma linhagem, na escolha de símbolos e até mesmo, por vezes, no estabelecimento, senão de uma língua, ao menos de uma linguagem. (Figueiredo; Noronha, 2005, p. 200).

Para Figueiredo e Noronha (2005), em contextos políticos a identidade está atrelada à noção de “reconhecimento”; as autoras afirmam, ainda, que a sua ausência ou inadequação pode levar a um processo de opressão. Inferem que, desse modo, torna-se possível compreender por que a questão identitária só interessa e só é reivindicada por aqueles que não são reconhecidos por seus interlocutores. Contudo, se se parte da perspectiva decolonial de Aníbal Quijano, por exemplo, a questão identitária é importante, sim, para o sujeito dominador, justamente para que se criem/mantenham estruturas e sistemas de opressão.

No que tange às ideias de nação e nacionalismo, algumas análises entendem que essas começaram a ser mobilizadas na Europa a partir do século XVIII para designar – deliberadamente – a identidade de cada povo. No século XIX, à época do triunfo do liberalismo, havia, segundo Hobsbawm (1998 *apud* Figueiredo; Noronha, 2005), três critérios que permitiam a um povo ser classificado como uma nação: era preciso já haver um Estado de fato; possuir uma língua e uma cultura longamente estabelecidas; e demonstrar força militar e

capacidade de conquista. Em torno desses três pontos teriam se formado as identidades nacionais europeias, segundo Figueiredo e Noronha (2005).

Já Benedict Anderson, diferentemente de Hobsbawm – e através de uma perspectiva condizente com a de Quijano, como será possível observar na seção seguinte –, considera que os nacionalismos nascem antes na América do que na Europa, como fruto de um descolamento das elites crioulas em relação à Espanha e à Inglaterra, e acusa de eurocentrismo os pesquisadores europeus que persistem considerando o nacionalismo como uma invenção europeia (Anderson, 1996 *apud* Figueiredo; Noronha, 2005).

Todavia, Figueiredo e Noronha (2005) ressaltam que, apesar de a ideia de nação permanecer como referente, seu simbolismo pode se transformar historicamente em função de novos objetivos. No Brasil, por exemplo, a questão identitária foi colocada, sobretudo, a partir do século XIX, com o movimento literário romântico que nasce do conflito de já não poder ou querer ser português; sendo assim, o fato político da separação de Portugal suscita um fato cultural. Ao se analisar a constituição da literatura brasileira, pode-se ver que, durante o século XIX, o termo que se busca afirmar é o de nacionalidade, mesmo que representado por outras terminologias – caráter nacional, espírito nacional.

Podemos concluir, então, que os processos de construção da identidade coletiva – nacional ou cultural – são similares no que tange ao estabelecimento de um mesmo fim, que é o reconhecimento (Figueiredo; Noronha, 2005); o que os distingue é o fato de que, no caso de grupos minoritários, ser reconhecido não é uma necessidade, mas sim uma exigência política – que muitas vezes envolve reivindicações ao Estado em prol dos interesses do grupo.

2.4 **Relação entre identidade nacional e literatura**

De acordo com Cunha e Luz (2020), as relações internacionais nunca estiveram muito longe das transformações refletidas por meio do literário, e, historicamente, a literatura foi sempre reivindicada por aqueles que estão próximos do poder ostensivamente; “[...] no fundo, como uma possibilidade de instrumentalização do narrativo, do estético e do linguístico que correspondesse aos desejos, necessidades e projetos de poder dessas elites nacionais, atores do âmbito internacional.” (Cunha; Luz, 2020, p. 30).

No geral, quando se fala em literatura, “[...] o senso comum direciona a discussão para o conceito de literaturas nacionais, auxiliado pelo fato de que a literatura depende da materialidade da língua, que é ainda hoje vista por muitos como uma característica, ou acessório, do conceito de nação.” (Cunha; Luz, 2020, p. 27). Ainda segundo os autores, a

literatura é, historicamente, um instrumento do processo de *nation building*, pois é por meio dela que se criam as narrativas que alicerçam as “comunidades imaginadas”.

A esse respeito, Cunha e Luz (2020) apontam para o caso de José de Alencar, no Brasil, que tinha um projeto de construção nacional por meio do romance, além de outros autores que, ao fim do século XIX ou início do XX, buscaram criar com a literatura uma ideia de nação. Outro exemplo é o Japão, que no Período Meiji testemunhou um renascimento cultural alicerçado na tradução e na reconfiguração do literário por meio da narrativa (Cunha; Luz, 2020).

Uma característica de todos esses “momentos literários” em que o romance se confirma como meio de expressão de uma nação é o fato de que eles são, todos, resultado de uma reação doméstica a um fenômeno internacional: a modernização do Estado-nação como a unidade básica em torno da qual giram as políticas de um povo e as políticas entre os povos. Esses “momentos nacionais” são, portanto, fenômenos complexos que precisam ser compreendidos por meio de dispositivos teóricos interdisciplinares e que incluam as relações internacionais e a literatura comparada. (Cunha; Luz, 2020, p. 27).

Edward W. Said, em sua obra *“Cultura e Imperialismo”* (1993), reuniu diversos ensaios de sua autoria apresentados em conferências e palestras entre 1985 e 1988, todos em torno da conexão entre o imperialismo e a cultura nos séculos XVIII, XIX e XX. Segundo Said (1993) a obra em questão pretende incluir aspectos deixados de fora em seu livro anterior, o consagrado *“Orientalismo”* (1978), e mais especificamente tratar da resistência cultural por parte das nações colonizadas como forma de reação ao domínio ocidental – haja vista que, em suas palavras, “o contato imperial nunca consistiu na relação entre um ativo intruso ocidental contra um nativo não ocidental inerte ou passivo; sempre houve algum tipo de resistência ativa.”

Na seção introdutória da obra, Said (1993, p. 9) define a cultura como aquilo que “[...] designa todas aquelas práticas, como as artes de descrição, comunicação e representação, que têm relativa autonomia perante os campos econômico, social e político, e que amiúde existem sob formas estéticas, sendo o prazer um de seus principais objetivos”. Esse conceito é explorado, então, nas suas análises pautadas em obras literárias europeias de grande alcance e reconhecimento mundiais para problematizar a forma como é reforçado nelas, ainda que de uma forma velada, o caráter imperialista das manifestações culturais de países da Europa ocidental nos séculos XIX e XX.

A justificativa para o uso de obras literárias como objeto de análise, sobretudo romances, dá-se, segundo o autor, por este ser um objeto estético de grande valor nesse contexto: “[...] as histórias estão no cerne daquilo que dizem os exploradores e os romancistas

acerca das regiões estranhas do mundo; elas também se tornam o método usado pelos povos colonizados para afirmar sua identidade e a existência de uma história própria deles” (Said, 1993, p. 10).

Com o tempo, a cultura vem a ser associada, muitas vezes de forma agressiva, à nação ou ao Estado; isso “nos” diferencia “deles”, quase sempre com algum grau de xenofobia. [...] A cultura é uma espécie de teatro em que várias causas políticas e ideológicas se empenham mutuamente. Longe de ser um plácido reino de refinamento apolíneo, a cultura pode até ser um campo de batalha onde as causas se expõem à luz do dia e lutam entre si, deixando claro, por exemplo, que, dos estudantes americanos, franceses ou indianos ensinados a ler seus clássicos nacionais antes de lerem os outros, espera-se que amem e pertençam de maneira leal, e muitas vezes acrítica, às suas nações e tradições, enquanto denigrem e combatem as demais. (Said, 1993, p. 10).

Em seu estudo, Edward Said enfoca três impérios em específico: os Estados Unidos, a França e a Inglaterra, e o justifica, sobretudo, por dois fatores: a indiscutível tradição literária dessas nações, cujas obras tiveram um enorme alcance universal e poder de impacto cultural nos séculos XIX e XX, e o fator do domínio ultramarino, que envolve a necessidade de projeções através de meios como a economia, a política e a arte – usadas como estratégias de domínio e aumento do poder imperial.

Como exemplo da utilização da literatura para a expansão de ideais imperialistas, podemos tomar o caso francês: “Depois de sua derrota na guerra franco-prussiana, o governo francês procurou reparar o prestígio quebrado da nação, promovendo a sua linguagem e literatura através da Aliança Francesa, que foi criada em 1883.” (Nye, 2004, p. 100 *apud* Cunha; Luz, 2020, p. 28). Essa estratégia é utilizada, também, pelos Estados Unidos da América: “Os dados mostram que os Estados Unidos [...] publicam mais livros do que qualquer outro país; [...] está em segundo lugar em prêmios Nobel de literatura, perdendo apenas para a França.” (Nye, 2004, p. 33 *apud* Cunha; Luz, 2020, p. 28).

Lasmar (2001) afirma que as obras de arte são consagradas e adquirem sentido ao longo de seu processo de circulação e os Estados se apropriam dos fluxos de arte, através dos quais constroem e narram sua identidade e criam expectativas acerca de suas funções e papel. “Essas expectativas legitimam e validam a própria concepção de Estado, na medida em que criam conhecimento coletivo sobre ele, tanto para o ‘eu’ quanto para o ‘outro’” (Lasmar, 2001, p. 83).

Construído, em seus moldes eurocêntricos, como um regulador dos fluxos culturais através de políticas de identidade, o Estado atribui à própria experiência estética uma dimensão territorial. “Essa dimensão nos permite perceber como as culturas nacionais se

tornaram "estruturas de autoridades" imaginadas, que rivalizam entre si na medida em que são distintas e aspiram à soberania e à dominação." (Lasmar, 2001, p. 93). No entanto, com as mudanças recentes no sistema internacional, surgiram novos canais de circulação que fogem ao controle estatal e geram mudanças no conhecimento e percepção coletivos acerca da identidade e função do Estado (Lasmar, 2001).

No período colonial, as nações colonizadoras perceberam que era necessária a criação de um código cognitivo em suas colônias que criasse um verdadeiro estatuto étnico e cultural de aceitação da subordinação e inferioridade em relação à metrópole. Houve, através do pacto colonial, uma exportação do modelo cultural eurocêntrico do "nacional" (ou seja, através do controle dos fluxos e trocas culturais por parte dos impérios) para além da Europa, e esse modelo se difundiu e consagrou em escala mundial (Lasmar, 2001). Isso facilitou o processo de homogeneização das identidades culturais diversas nos países colonizados, a exemplo dos casos latino-americanos.

Com isso, os fluxos culturais do período colonial se estabeleceram como instrumentos de dominação hegemônica dos Estados coloniais, e as "trocas" – ou, melhor colocando, imposições, haja vista que a assimetria entre a colônia e a metrópole determinava um fluxo unidirecional de dominação cultural – firmaram-se como um canal através do qual a hegemonia metropolitana se legitimaria e organizaria, criando consenso, estabilidade e harmonia dentro do sistema de diferenciação social colocado pela metrópole (Lasmar, 2001).

O romance desempenhou, neste quadro, um papel de consolidação da autoridade metropolitana – que não estava apenas vinculada à gestão social, mas também ligada ao normativo e ao soberano, na medida em que se valida no (e do) próprio curso da narrativa nacional para a criação de expectativas generalizadas e da sua permanência temporal (Lasmar, 2001). Sendo assim, segundo o autor:

É dessa forma que o romance trabalha na apropriação dos elementos de história, memória e experiência das colônias, juntamente com a diferenciação, criando, na narrativa, novos espaços sociais e novas identidades. A narrativa é um ato social e sua leitura traz à tona a autoridade da história e da sociedade (autoridade da experiência daquele que narra, daquele que escuta, e do objeto da narrativa) (Lasmar, 2001, p. 94).

Acrescenta que o romance é, para Said, "[...] uma narrativa concretamente histórica que se modela pela história real de nações reais" (Said, 1995, p. 117 *apud* Lasmar, 2001, p. 94). Partindo disso, o Estado vai interferir nos meios de circulação da arte para apropriar-se dos canais pelos quais se dá a narrativa, visando controlar as leituras e o surgimento de novas

narrativas. Logo, obras de arte consideradas representativas de uma cultura nacional passam a representar todo aquele Estado e sua nação.

Esse controle da circulação se dá através da montagem, pelos governos, de uma “logística de consagração” das chamadas “obras nacionais”. São exemplos os congressos coloniais internacionais realizados pela França e Inglaterra entre 1889 e 1902; as exposições, o alto prestígio de certas academias culturais que “ditavam as regras” da produção cultural; o patronato oficial que atuava no sentido de patrocinar, proteger e manter a produção artística; a troca de agentes culturais que se incumbiam da promoção, informação, divulgação etc., da arte doméstica em países estrangeiros etc. (Herz, 1987 *apud* Lasmar, 2001).

Todas essas medidas, segundo Lasmar (2001), estavam vinculadas aos interesses do Estado, e através desse controle as obras de arte passaram a circular desempenhando um triplo papel. Primeiro, as manifestações culturais nacionalistas firmavam, construíam, representavam e imaginavam uma identidade nacional no cenário doméstico; segundo, contribuíam para a afirmação dessa identidade no plano internacional; e terceiro, apropriavam-se da história e experiência dos povos colonizados em nome da metrópole e promoviam uma releitura desses elementos, construindo (imaginando) uma identidade e ideia de nação cuja consciência sobre o território, domínios geográficos e culturais tinha o intuito de produzir estabilidade e “justificar” o domínio colonial (Lasmar, 2001).

Dessa maneira, já no que diz respeito aos países que foram, previamente, colonizados por impérios europeus, nota-se a enorme diferença que teve a cultura – e, nesse caso, especialmente a literatura – no processo de construção de uma identidade nacional:

Pode-se dizer que o gesto de associar os termos “crítica literária” e “identidade cultural” na América Latina praticamente significa lançar mão de um pleonasma. [No século XX] caberia aos homens de letras minimizar a “sensação de desenraizamento” que acompanhava os nativos americanos, inventando uma tradição que constitui uma narrativa desistoricizada pela evocação de um retorno às origens arcaicas, pré-modernas. [...] (Lima, 2011, p. 1).

No contexto da reorganização político-econômica que ocorreu após 1945, “[...] a ‘consciência do subdesenvolvimento’ acaba implicando um reconhecimento de que, no terreno cultural, ‘a dependência se encaminha para uma interdependência’, visão que veicula um questionamento da distinção estabelecida entre centro e periferia.” (Lima, 2011, p. 2). A autora acrescenta ainda que, nesse momento, ocorreu um deslocamento das noções de autenticidade e identidade nacional, haja vista que o capitalismo periférico pressupõe a

coexistência de múltiplas temporalidades, a convivência de formas culturais tradicionais e modernas num mesmo espaço.

No que se refere à literatura, pode-se dizer que as vanguardas modernistas, apesar de não conseguirem se desprender totalmente do marco do nacionalismo em moldes eurocêntricos, já iniciaram a representação do hibridismo que permeava a formação social, econômica e cultural da América Latina. “É a partir da formulação da teoria da dependência, com o questionamento da visão linear e progressista que sustentava o esquema dualista sob o qual se estruturava a visão de modernização da América Latina, que se vai produzir uma nova compreensão do dinamismo dos processos culturais em curso na região.” (Lima, 2011, p. 2).

Com as guerras de independência, a América Latina conquistou sua autonomia política, mas os nacionalismos nascentes não conseguiram alcançar a independência econômica e cultural. Assim, o continente teve dificuldade para encontrar um equilíbrio interno, que seria capaz de absorver as consequências das alterações que a independência trouxe consigo. Para isso, diversos literatos da América Latina se preocuparam com a configuração identitária e histórica do chamado “novo mundo” partindo, por um lado, de uma visão mais política e principalmente de compromisso social e, por outro, do pensamento mítico e simbólico inerente à América (Pereira, 2007 *apud* Filgueiras, 2013).

A literatura, portanto, teve um papel efetivo na constituição das consciências nacionais e, conseqüentemente, na construção das próprias nações latino-americanas, uma vez que muitos escritores estiveram engajados nas questões sociais e políticas. “José Martí (1853-1895), mártir da independência de Cuba, é uma das figuras mais expressivas no contexto da literatura latino-americana do século XIX, justamente por ser um dos primeiros intelectuais a perceber a necessidade de aproximar o fragmentado bloco latino-americano.” (Filgueiras, 2013, p. 40).

O ensaio *Nuestra América* (1891) utiliza a literatura como ferramenta de desenvolvimento de uma nova consciência, de resistência e reafirmação das culturas locais. Além disso, consolida a busca identitária presente no discurso martiano, que era baseada em dois pontos principais: consciência e autoctonia. Nesse texto, de acordo com Filgueiras (2013), José Martí declara que só se construiria uma nova América a partir de uma tomada de consciência da condição social do continente, e essa consciência seria a arma adequada e eficaz para promover, inicialmente, a independência de Cuba, e a partir dela a independência da América Latina.

Para tanto, seria necessário criar uma cultura própria que atendesse aos próprios problemas e, não mais, importar “soluções” externas, ou seja, pensar em um modo de vida alternativo, embasado em uma consciência anticolonial, fomentando a valorização das culturas locais perante o desprezo do olhar estrangeiro. Desse modo, reescrever a própria história ante a memória oficial possibilitaria, na visão de Martí, uma integração, não no sentido de federalismo do continente e sim da “alma continental” que resultaria na superação dos problemas herdados dos séculos de exploração colonial (Filgueiras, 2013, p. 40-41).

Para Martí, a consciência coletiva da realidade latino-americana – uma arma essencial à integração e à unidade do continente – deveria ser construída a partir de um sentimento de pertencimento, isto é, uma identidade sociocultural. “E essa identificação seria o elo que integraria nosso fragmentado continente e conseqüentemente daria condições de promover o desenvolvimento interno e fortalecer nossa independência, diante dos perigos externos.” (Filgueiras, 2013 p. 41). Somente assim seria possível romper os vínculos de dominação e dependência com os países de alto desenvolvimento industrial capitalista.

De acordo com Filgueiras (2013), Martí acreditava ser essencial recorrermos às nossas memórias, pois elas seriam como uma bússola – as nossas referências para nos reconhecermos e, no presente, reverter os males provocados pelo passado colonial e reconstruir nossa história a fim de não perpetuarmos tais problemas. Para isso, José Martí utiliza suas narrativas literárias e jornalísticas como ferramentas de desenvolvimento dessa nova consciência, de resistência e reafirmação das culturas locais (Filgueiras, 2013).⁹

Destaca, também, que o conceito de identidade martiano é definido como um processo de projeção para um futuro, anticolonial, libertador e de amplitude continental. Portanto, descolonizar a consciência para se atingir o reconhecimento de si e a diferenciação do outro seria a prerrogativa fundamental para que seu projeto de transformação social e reafirmação cultural se concretizasse. “Martí recomendava que nossa América criasse uma nova imagem de si mesma e não mais, simplesmente, introjetasse ideias alheias sem nenhum esforço crítico.” (Filgueiras, 2013, p. 42).¹⁰

⁹ “É importante salientarmos que Martí nasce em um contexto de insatisfação e luta pela independência de Cuba. Nesse contexto, a ilha era a única colônia espanhola que não havia, até então, alcançado sua independência. Logo, é envolvido, desde criança, pelas ideias independentistas que se propagavam pelas ruas, na medida em que a ideia de separar Cuba da Espanha ia se desenvolvendo [...]” (Retamar, 1983, p. 14 *apud* Filgueiras, 2013, p. 42).

¹⁰ “Seu pensamento [também] considerava importante assimilar o que houvesse de melhor nas demais culturas, quer seja da Europa ou dos Estados Unidos. Assim, a autoctonia defendida por Martí não era fechada em si mesma, mas relacionava-se com aspectos estrangeiros que pudessem ser assimilados e ressignificados em algo próprio e que trouxesse benefício para nossa América. [...] Ele mesmo assimilou diversos elementos em sua trajetória teórica e bebeu de diversas fontes [...] não via vantagens na ignorância, no entanto, defendia que os povos de nossa América fossem letrados no sentido mais amplo, e que uma massa de iletrados não seria capaz de fazer frente ao imperialismo norte-americano.” (Filgueiras, 2013, p. 41-42).

A partir do pioneirismo do pensamento de José Martí, “[...] uma política cultural de integração latino-americana e de incentivo à criação cultural em vários planos – particularmente no cinema e na literatura – fez de Cuba o polo mais importante de intercâmbio entre artistas e intelectuais do continente, em pleno boom da literatura latino-americana.” (Sader, 2000, p. 103 *apud* Sorbille, 2008, p. 84-85).

De acordo com a autora, o processo de constituição de um polo político-cultural efervescente no continente latino-americano está presente, também, no olhar do escritor e crítico Eric Nepomuceno, segundo o qual:

Em 1959, um acontecimento político serviu, enfim, para abrir de vez os caminhos para a nossa literatura: a revolução cubana, que despertou a curiosidade e a imaginação do mundo para esse continente onde tudo parecia possível de acontecer [...] a saga cubana serviu como prova inesperada de que o continente não estava destinado à humilhação permanente, à opressão sem saída, ao cotidiano, serviu para comprovar que não somos países inviáveis habitados por povos irremediáveis. (Nepomuceno, 1998, p. D-4 *apud* Sorbille, 2008, p. 85).

Com o passar dos anos, a literatura ganhou mais espaço como ferramenta política nos outros países latino-americanos. Desde a publicação do ensaio *Nuestra América*, inúmeros movimentos literários foram representativos não somente da identidade coletiva latino-americana, mas também das identidades nacionais de cada país do continente. Assim sendo, no próximo capítulo busco exemplificar como esse processo ocorreu ao longo do século XX.

3 SOBRE OS AUTORES, AS OBRAS LITERÁRIAS E OS CONTEXTOS HISTÓRICO-POLÍTICOS

No capítulo que se segue, respondendo ao segundo objetivo específico da pesquisa, busco fazer uma breve descrição do enredo das obras literárias aqui utilizadas como instrumento de análise, cada uma sendo representativa da cultura de um destes três países latino-americanos: Brasil, Chile e Argentina. Isso será precedido, em cada subseção, por uma apresentação da vida e carreira de seus respectivos autores. Depois, em cada caso, procuro estabelecer as narrativas literárias analisadas dentro dos contextos histórico e político em que se encontrava o país representado à época das obras.

3.1 O caso chileno: Isabel Allende e “*A casa dos Espíritos*”

A escritora, ativista e filantropa feminista Isabel Allende Llonca nasceu em 1942, na capital do Peru, Lima. Filha de pais chilenos, passou a primeira infância no Chile e morou em vários lugares na adolescência e na juventude, como a Bolívia e o Líbano. Iniciou sua brilhante carreira no jornalismo, que lhe abriu as portas para escrita literária. (Grupo Editorial Record, 2019). Atualmente, aos 81 anos, acumula vinte e seis obras de grande sucesso, que já foram traduzidas para mais de 42 línguas (Isabel Allende, 2023). É a autora mais lida da língua espanhola e um dos mais importantes nomes da literatura latino-americana.

Através de sua escrita, Isabel Allende revelou a beleza sublime contida no feminino, e, em tempos de tumultos políticos, escolheu o ativismo literário contra as diretrizes ideológicas patriarcais. Em 1967, se tornou editora de uma revista feminina em que escrevia sobre o papel das mulheres na sociedade chilena, de forma bastante irônica – gerando, portanto, uma grande controvérsia. Era uma época de grandes mudanças no Chile, caracterizadas pela modernidade e pelo movimento de libertação das mulheres dentro de uma sociedade católica, conservadora e patriarcal (Budner, 2022).

O pai de Isabel, diplomata chileno chamado Tomás Allende, era primo do ex-presidente do Chile Salvador Allende. Após o golpe militar de 1973, em que seu tio foi deposto, Isabel e sua família buscaram exílio em Caracas, na Venezuela, onde a escritora permaneceu por quase 13 anos. Lá, em 8 de janeiro de 1981, Isabel recebeu a notícia do grave estado de saúde de seu avô, e, por não poder retornar ao Chile para acompanhá-lo na doença, começou nesse dia a escrever-lhe uma carta que se tornou o pontapé inicial para a escrita de

sua primeira e mais célebre obra, *A Casa dos Espíritos* (1982) – um sucesso literário sem precedentes.

Baseado nas lembranças da infância e juventude no Chile com os avós e os tios, *A Casa dos Espíritos* conta a história da família Trueba, que, além de lidar com conflitos internos familiares, passa por uma transformação dramática durante um período sangrento da história do país (Zacharias, 2023). O livro, cuja história se passa num período de cerca de 70 anos, dá destaque à história de Esteban Trueba, homem de origem pobre que conseguiu se tornar um dos fazendeiros mais importantes do país – que não é nomeado pela autora, mas, pelo seu histórico pessoal, tornou-se subentendido pelo público que a trama foi inspirada no próprio Chile.

Nas páginas iniciais, é narrada a história da família Del Valle, cujo patriarca, Severo, era um advogado de sucesso com fortes aspirações políticas. Severo era um homem rico, e a casa da família é retratada por Isabel Allende como grande e nobre, com diversos funcionários que lá habitavam – em um anexo separado da propriedade. Compunham a família, também, sua esposa Nívea e muitos, muitos filhos, mas o foco da narrativa são a primogênita Rosa e a filha mais nova, Clara.

A morte súbita de Rosa abalou fortemente a família, e afetou também outras pessoas ligadas ao clã Del Valle. Severo desiste, então, de suas aspirações políticas e dá continuidade ao seu trabalho habitual. Clara, por sua vez, com toda sua sensibilidade descrita em detalhes no livro, afundou-se em uma solidão e passou nove anos de sua infância completamente muda – o que, após investigações médicas, confirmou-se ser consequência do grande impacto emocional que a garota sofreu após a morte de sua irmã.

O rapaz que, à época, era noivo de Rosa e trabalhava duramente em uma mina ao norte do país para ganhar dignidade financeira suficiente para viver com sua esposa – acostumada à vida confortável oferecida pela sua família –, retornou às pressas à capital e não pôde evitar a desolação e uma tristeza profunda pela morte de Rosa; afinal, todos os últimos anos de trabalho árduo tinham o único objetivo de juntar recursos financeiros para o casamento. Esteban Trueba era de origem muito pobre, e se apaixonou por Rosa desde a primeira vez que a avistou.

Após o episódio traumático, Esteban decide retomar as atividades na propriedade de sua família no campo, uma fazenda que estava abandonada há mais de uma década. Tornou-se um homem irritadiço, detestável, violento e machista, mas, apesar disso – ou fazendo uso disso para coagir os funcionários da fazenda –, fez os negócios prosperarem enormemente e

se tornou muito rico. Anos depois, quando recebe uma carta de sua irmã, Esteban retorna à cidade para se despedir de sua enferma mãe em seus últimos suspiros de vida, e vai em busca de realizar o último pedido feito a ele por ela: que se casasse com uma moça respeitável e desse prosseguimento, com honra, às gerações da família Trueba.

Esteban decide visitar a família Del Valle em busca de alguma filha do casal que ainda não houvesse se casado; a única delas disponível seria Clara, a mais nova. Nívea adverte-o sobre a personalidade e os trejeitos excêntricos da filha, mas, com a boa aceitação dela, os dois decidem por casar-se. Certo tempo após o casamento, Esteban e Clara têm uma filha, Blanca, que cresce dividida entre a vida na cidade e as férias na fazenda de seu pai.

Nos tempos de sua infância e adolescência, Blanca convive com Pedro Terceiro García, filho do administrador da fazenda e funcionário da confiança de seu pai. Os dois, de idades parecidas, crescem juntos e acabam desenvolvendo uma paixão mútua, e vivem um romance proibido e desaprovado por Esteban Trueba – que não suportava a ideia de ver sua filha junto ao rapaz de origem muito humilde. O casal tem uma filha, chamada Alba, que é a terceira mulher da família a possuir o poder da clarividência – uma herança passada desde Clara.

Ao longo do romance, a família Trueba vê um golpe militar depor um presidente socialista e instalar uma ditadura militar, semelhante ao que se passou no Chile em 1973 com Salvador Allende, tio avô de Isabel, logo antes de o Chile viver os horrores de Augusto Pinochet até 1990. A fantasia da escritora vai se desdobrando em meio aos principais acontecimentos políticos da história, levando o leitor a se situar nos dramáticos períodos de perseguição e terror da sangrenta ditadura militar (Frazão, 2021).

3.1.1 *Contextualização histórico-política da obra*

Fazendo uma análise da relação entre a obra *A Casa dos Espíritos*, de Isabel Allende, e o contexto histórico-político que permeava o Chile por ela retratado, podemos afirmar que, sem dúvidas, o caráter político sempre presente nas obras da autora foi fortemente influenciado pela figura de seu tio avô, Salvador Allende. Ele, desde muito jovem, já militava na política estudantil e teve contato com o pensamento socialista e, em 1933, fundou com outros companheiros o Partido Socialista chileno, no qual militaria por toda sua vida (Nobile, [21--]).

Com sua formação de médico, Salvador Allende foi nomeado Ministro da Saúde ao final dos anos 1930 e, após a experiência no Executivo, foi eleito quatro vezes ao Senado, por

diferentes regiões. “Sua atuação no Legislativo ficou conhecida pela defesa do socialismo moderado e da soberania nacional, e pelo combate à desigualdade, ao imperialismo e aos oligopólios. Outra postura que o acompanhou por toda a vida foi o internacionalismo, comprovado por suas viagens à União Soviética e a outros países do bloco socialista.” (Nobile, [21--]). Em 1959, viajou a Cuba, reconhecendo os méritos da Revolução Cubana – e, posteriormente, denunciando o bloqueio dos Estados Unidos. Manteve amizade com Fidel Castro e diálogo com Ernesto Che Guevara.

À medida que a carreira política de Salvador Allende ascendia, a oposição a ele se fortalecia. Essa era representada, sobretudo, pela imprensa conservadora chilena e pelos setores ligados ao capital estrangeiro. Concorreu quatro vezes à presidência do Chile, sendo derrotado nas três primeiras e finalmente conquistando a vitória nas eleições de 1970. Em uma disputa acirrada, Allende era favorecido pelo apoio conquistado entre as classes populares, a crescente radicalização do campo e dos setores marginalizados urbanos, e a crise econômica que desgastou o governo democrata cristão do presidente anterior (Nobile, [21--]).

Dentre os desafios políticos que Allende enfrentava durante sua campanha presidencial, destacam-se a guinada na política externa estadunidense, que intensificou sua intolerância com governos esquerdistas na América Latina e arquitetou golpes de Estado por meio da CIA; a força da ditadura militar brasileira; o seu desgaste entre os companheiros políticos por já haver perdido três eleições e por sua crença na via pacífica do socialismo; a polarização da sociedade chilena; e os ataques da imprensa conservadora (Nobile, [21--]).

Em meio a esse cenário turbulento, Salvador Allende venceu as eleições, mas, durante seu mandato, enfrentou boicotes, por parte tanto de empresas como do Congresso, e houve a intensificação dos ataques da imprensa e de ações terroristas do grupo de extrema-direita Pátria e Liberdade. À medida que as condições se agravavam, procurou tecer alianças com setores políticos de centro e do Exército que considerava legalistas, constituindo um gabinete cívico-militar. Esse fato despertou grandes críticas, mas o divisor de águas foi um ensaio de golpe aplicado no dia 29 de junho de 1973, que, embora não se efetivasse, evidenciou a fragilidade da esquerda chilena (Nobile, [21--]).

Com a intensificação dos protestos, Allende consultou o militar Augusto Pinochet, que participava do gabinete, sobre a convocação de um plebiscito, que se realizaria em 11 de setembro de 1973, no qual pretendia assegurar a transição democrática de governo. As Forças Armadas se anteciparam e orquestraram um golpe de Estado para o mesmo dia. (Nobile, [21--]).

Neste dia, o presidente foi convocado de sobreaviso ao Palacio La Moneda, sede do governo chileno, após ser informado de que o local estava cercado por tanques militares. Dessa vez o golpe tinha muito mais força do que a tentativa anterior e, mesmo recebendo propostas de resgate para que deixasse o país com a sua família em um avião oficial, recusou-as e “combateu ferozmente as tropas que cercavam o Palácio, com um capacete de minerador e um fuzil soviético AK-47, presenteado por Fidel Castro, mas se suicidou quando percebeu que seria aprisionado pelo inimigo.” (Nobile, [21--]). Salvador Allende é, até hoje, um ícone da esquerda chilena, junto a Luis Emílio Recabarren, Pablo Neruda, Gladys Marín Millie, Miguel Enríquez, e muitos outros nomes.

A seguir, teve início o primeiro período da ditadura civil-militar chilena, que foi considerado o momento de consolidação do regime e se deu entre setembro de 1973. O segundo período, de acordo com Simões (2012), se desenvolveu entre janeiro de 1974 e agosto de 1977, e foi caracterizado pela atuação da *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA). Já o terceiro período situou-se de setembro de 1977 até 11 de março de 1990, e foi marcado pelas operações da *Central Nacional de Informaciones* (CNI) e pelo emprego do uso da tortura de um modo ainda mais seletivo e não tão indiscriminado como no período da DINA (Simões, 2012). E foi esse cenário que permeou a escrita de *A Casa dos Espíritos* por Isabel Allende, desde antes até após o lançamento do livro.

3.2 O caso argentino: Julio Cortázar e “Os Prêmios”

No ano de 1914, nasceu o escritor, tradutor e intelectual Julio Florencio Cortázar, na embaixada argentina de um distrito de Bruxelas, na Bélgica – onde seu pai era encarregado da seção comercial. Sua mãe estava grávida dele quando a Alemanha lançou suas tropas sobre o país. Em 1918, a família regressou à Argentina. Passou a maior parte de sua infância em Banfield, na Argentina, e não era uma criança totalmente feliz, apresentando uma tristeza frequente, além de muitas enfermidades; por isso, Cortázar passava muito tempo na cama, lendo livros que sua mãe selecionava (L&PM Editores).

Formou-se professor em letras em 1935, na *Escuela Normal de Profesores Mariano Acosta*, e lecionou em algumas cidades do interior do país e foi professor de literatura na *Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Nacional de Cuyo*, mas renunciou ao cargo quando Juan Domingo Perón assumiu a presidência da Argentina. Empregou-se na Câmara do Livro em Buenos Aires e realizou alguns trabalhos de tradução (L&PM Editores).

Segundo Aguiar ([21--]), coube ao escritor argentino a ousadia de construir uma maneira inédita de relatar histórias, que nomeava de relatos fantásticos e era conceituada pelo próprio autor como a literatura do inesperado, da tentativa de expressar o indizível. Esse estilo foi inaugurado com o livro de contos *Bestiario* (1951).

Porém, a obra conseguiu pouca repercussão entre a crítica, e isso se tornou um motivo a mais para o autor, mediante convicções de militante da esquerda, deixar a Argentina, que vivia sob o governo peronista (Aguiar, [21--]). Cortázar partiu para Paris após haver recebido uma bolsa do governo francês para ali estudar por dez meses, e acabou se instalando definitivamente. Trabalhou durante muitos anos como tradutor da UNESCO e viveu em Paris até a sua morte (L&PM Editores).

“Nos anos 1960, realizou viagens pela Europa, Estados Unidos e Caribe. Uma delas, para Cuba, em 1961, causou-lhe tanto impacto que declarou reconhecer ‘o grande vazio político que havia em mim, minha inutilidade política.’” (Aguiar, [21--]). Com o mesmo propósito, visitou por várias vezes a Nicarágua, onde alguns de seus textos foram utilizados no processo de alfabetização do país durante a atuação do governo sandinista. “Esse empenho levou-o a ser condecorado pelo ministro da Cultura, o poeta Ernesto Cardenal, com a *Orden de la Independencia Cultural Rubén Darío* em 1984.” (Aguiar, [21--]). Essa foi a época de intensificação do seu fascínio pela política.

No ano de 1963 lançou a obra *Rayuela*, um marco no sucesso de sua carreira. Nos anos seguintes, lançou outros títulos e, depois, Cortázar se comprometeu politicamente na libertação da América Latina sob regimes ditatoriais. (L&PM Editores). Em novembro de 1970 viaja ao Chile, onde se solidarizou com o governo de Salvador Allende, e no ano seguinte “[...] foi ‘excomungado’ por Fidel Castro, assim como outros escritores, por pedir informações sobre o desaparecimento do poeta Heberto Padilla. Apesar de sua desilusão com a atitude de Castro, continuou acompanhando a situação política da América Latina.” (L&PM Editores).

Em 1973, recebeu o Prêmio Médicis por seu *Libro de Manuel* e destinou seus direitos à ajuda dos presos políticos na Argentina, e no ano seguinte foi membro do Tribunal Bertrand Russell II, reunido em Roma para examinar a situação política na América Latina – em particular as violações dos Direitos Humanos.

Já em 1983, a democracia é reinstaurada na Argentina, e Cortázar fez uma última viagem à sua pátria – onde foi recebido calorosamente por seus admiradores, mas com indiferença pelas autoridades nacionais. Depois de visitar vários amigos, regressou a Paris, e

pouco depois lhe foi outorgada a nacionalidade francesa. Sua última esposa, Carol Dunlop, faleceu em 2 de novembro de 1982, e Cortázar teve uma profunda depressão. Morreu de leucemia em 1984, sendo enterrado no Cemitério do Montparnasse, junto à ex-mulher (L&PM Editores).

A obra de Julio Cortázar aqui analisada, *Os Prêmios* (1960), é composta por uma narrativa complexa e surreal em que homens e mulheres de diferentes idades, profissões e classes sociais são contemplados, ao acaso, numa dita “loteria turística”, cujo prêmio é uma viagem a bordo de um luxuoso cruzeiro – com duração incerta e destino desconhecido. Ao longo do percurso, a busca por prazer e descanso dá lugar a uma série de mistérios, conflitos e intrigas envolvendo os passageiros e a tripulação do navio Malcom. Essa aventura metafísica representa uma sátira político-social da Argentina da época.

A experiência se revela estranha e enigmática e, ao longo da viagem, os personagens se deparam com situações absurdas, personagens intrigantes e eventos surreais. Logo após embarcarem, os viajantes são proibidos de acessar alguns setores do navio, e se estabelece uma disputa que é um retrato das múltiplas vozes que ecoavam na Argentina dos anos 1960.

A trama é permeada por elementos de realismo mágico, um estilo literário associado a escritores latino-americanos em que elementos fantásticos coexistem com a realidade cotidiana, e o romance aborda temas como a busca de identidade, a natureza efêmera da felicidade e a perplexidade diante de um mundo que escapa à compreensão racional. Julio Cortázar, que escreveu o romance durante uma viagem feita de navio a Nova York, em 1960, utiliza uma linguagem rica e simbólica para explorar as fronteiras entre o real e o imaginário, desafiando as convenções narrativas tradicionais.

3.2.1 *Contextualização histórico-política da obra*

No caso do argentino Julio Cortázar, por sua vez, a obra *Os prêmios* (1960) se insere no contexto pré-ditadura militar – diferente do caso de Isabel –, mais especificamente antes do primeiro golpe de Estado ocorrido no país. De acordo com Sorbille (2008), os dois golpes militares na Argentina, ocorridos em 1966 e 1976, são faces da mesma moeda: a intervenção imperialista estadunidense no cenário da Guerra Fria. Isso remete ao cenário mundial do período e às especificidades desta intervenção no continente latino-americano, uma vez que esta ação imperialista buscou, primeiramente, conter e, posteriormente, subjugar as demandas democráticas e revolucionárias em todo o Sul Global.

Ações de enfrentamento nos níveis militar, de propaganda e de políticas públicas também foram verificadas na Ásia e na África, onde projetos de emancipação estavam em curso. A América Latina não apenas estava neste contexto, mas também em destaque a partir da vitória da Revolução Cubana em 1959, quando uma onda de pressões advindas de setores organizados da sociedade – que somavam seu entusiasmo e vontade de transformação – se colocaram frente aos governos nacionais defendendo seus interesses em um acentuado conflito de classes (Sorbille, 2008).

Na Argentina, entre os antecedentes diretamente ligados ao golpe e à posse, em 1976, da *Junta Militar*, pode-se dar destaque aos seguintes acontecimentos na década de 1960: o golpe militar do *teniente general* Juan Carlos Onganía e seus *muchachos*, na denominada *Revolução Argentina* (junho de 1966); a *Noche de los Bastones Largos* (julho de 1966); a divisão da *Confederación General del Trabajo – CGT* (maio de 1968); o *Cordobazo* (maio de 1969); e a renúncia do ministro da economia Krieger Vasena em 1969 (Sorbille, 2008).

A presença de organizações armadas em ação se manteve presente nesse período, e a década entre o primeiro e o segundo golpe militar na Argentina foi marcada pela instabilidade eleitoral. A ação militar golpista sobre os governos eleitos diretamente esboçou o projeto das futuras ditaduras, e considera-se como marco temporal dos antecedentes de 1966 a deposição do governo de Arturo Illia, da *Unión Cívica Radical del Pueblo (UCRP)*. (Sorbille, 2008).

Já em maio de 1968, setores antiburocráticos, anti-imperialistas e anticapitalistas presentes no Congresso da CGT se organizaram em quatro frentes e redigiram um documento-manifesto que era “[...] uma convocação às lutas de resistência e enfrentamento para todos os setores sociais argentinos comprometidos com a ruptura com a ditadura e com a construção do modelo independente, soberano e anticapitalista.” (Sorbille, 2008, p. 90). Em momento algum o documento-manifesto aponta, diretamente, o termo socialismo, mas é incontestável a percepção da ideologia socialista em seu conteúdo.

A convocação à luta aberta contra a ditadura Onganía estava posta, e inúmeras categorias profissionais passaram a organizar movimentos de paralisação. Além disso, segundo Sorbille (2008, p. 91), iniciam-se as ações de saques, de expropriações a quartéis e bancos e de sequestros de inimigos do povo dirigidas pelas organizações guerrilheiras revolucionárias: as Forças Armadas Peronistas (FAP), as Forças Armadas Revolucionárias (FAR), Montorenos e o Exército Revolucionário do Povo (ERP) – advindo do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Após isso, a cidade de Córdoba se torna o lugar-síntese das lutas em curso e representa o início do fim do governo Onganía.

No dia 29 de maio de 1969, em Córdoba, “[...] trabalhadores, sindicalistas, estudantes, religiosos [...], profissionais autônomos e intelectuais tomam as ruas em protesto às más condições de vida e trabalho, mas também e, fundamentalmente, em memória aos jovens estudantes mortos pela repressão em Corrientes e Rosário.” (Sorbille, 2008, p. 92). A repressão violenta ao movimento do Cordobazo levou à morte de manifestantes e à prisão de importantes trabalhadores e sindicalistas.

A seguir, outros incidentes históricos aconteceram no contexto da luta contra a repressão ditatorial, de um lado, e da extrema violência aplicada pelo Estado argentino à época. Dá-se destaque à fuga de 116 dos 166 presos políticos da Penitenciária de Segurança Máxima de Rawson, na região da Patagônia; somente 25 deles chegam ao aeroporto de Trelew e, deles, apenas um grupo de seis pessoas consegue, conforme o planejado, tomar o avião e seguir rumo ao Chile e, posteriormente, a Cuba. Os outros dezenove militantes, impossibilitados de partir, rendem-se, perante as câmeras de TV, juízes e a imprensa nacional, às forças repressivas (Sorbille, 2008).

Transferidos e transferidas para uma base militar e mantidos incomunicáveis, os militantes presos são fuzilados em 22 de agosto de 1972. “O relato e a denúncia do Massacre de Trelew foram realizados por três militantes gravemente feridos, mas surpreendentemente sobreviventes: Maria Antonia Berger, Ricardo René Haidar e Miguel Alberto Camps.” (Sorbille, 2008, p. 94). Os corpos dos militantes fuzilados seguiram para sepultamento nos locais de origem e de militância de cada um, e, uma vez expostos, criaram uma comoção coletiva e forte repúdio social à ditadura. “Imagens do período revelam não apenas grande participação popular, mas, principalmente, as palavras de ordem de vingança aos algozes e de continuidade da luta dos revolucionários.” (Sorbille, 2008, p. 94).

Nesse clima de mobilização social a ditadura teve de recuar, mas não sem duas lições dadas pelos acontecimentos de Rawson e Trelew: primeiro que, na prisão, foi possível a constituição de um comando unificado da esquerda armada, e segundo que corpos remanescentes de assassinatos e fuzilamentos serão sempre provas da existência de crimes. Os militares e civis golpistas de 1976 compreenderam as lições de 1966/1972, e o Massacre de Trelew explicita, indubitavelmente, as bases do Terrorismo de Estado (Sorbille, 2008).

Esse contexto de repressão ditatorial violenta e de resistência popular marca o momento do ápice da carreira literária de Julio Cortázar, na década de 1960. Orientado por seus ideais políticos de esquerda, Cortázar se vê extremamente insatisfeito com a situação de seu país e decide por mudar-se para Paris em 1951, aos 37 anos, onde irá se inserir em ciclos

intelectuais compostos tanto por europeus quanto por outros latino-americanos que buscavam refúgio longe de suas terras. Não residia na Argentina quando escreveu suas mais célebres obras, mas nunca deixou de retratar ou referenciar seu país na escrita. E é a partir dessas referências que lança, no ano de 1960, a obra *Os prêmios* fornece uma crítica ao caráter que guiava a formação da sociedade argentina na época.

3.3 O caso brasileiro: Lima Barreto e “*Os Bruzundangas*”

Afonso Henriques de Lima Barreto, nascido no Rio de Janeiro em 1881, foi um dos maiores escritores da literatura brasileira. De acordo com Godoy (2012), Lima Barreto criticou as instituições de seu tempo, e os que o criticam identificam certo sentimento de exclusão – que teria fomentado muito do modo como o autor via o mundo. É, sem dúvidas, um escritor fundamental para a tentativa de compreensão da alma nacional brasileira.

Fez parte de uma geração de intelectuais que cresceu no Brasil tendo como pano de fundo os desdobramentos da abolição da escravidão e a instituição da república – momentos que, ainda que teoricamente, reverberavam ideias de igualdade entre os membros da sociedade. “Por um lado, a demanda por igualdade entre os cidadãos independentemente de suas cores; de outro, a manifestação do desejo de uma sociedade por direitos políticos obtidos com a eleição de seus representantes e não de um monarca hereditário.” (Corrêa, 2017, p. 5).

Lima Barreto testemunhou em sua infância esses dois momentos decisivos na história do Brasil, e viu seu aniversário de sete anos coincidir com a assinatura da Lei Áurea (Corrêa, 2017). O carioca de origem humilde tinha ascendência parcialmente africana, sendo neto de uma antiga escrava, e era filho do tipógrafo João Henriques de Lima Barreto e da professora Amália Augusta Barreto. Quando criança, estudou no Colégio D. Pedro II, e

Mais tarde, com a ajuda do padrinho Visconde de Ouro Preto, estudou também no Liceu Popular Niteroiense, frequentado pela elite carioca do período. Em 1897, com dezesseis anos, entrou para a Escola Politécnica de Engenharia, onde mais tarde abandonaria o curso de Mecânica em favor da dedicação exclusiva a literatura (Museu Afro Brasil).

Após deixar a Escola Politécnica, passou a sustentar-se através do ofício de jornalista, junto ao modesto salário de amanuense do Ministério da Guerra. Ainda de acordo com o acervo do Museu Afro Brasil, no início do século XX, já havia contribuído com quase todos os jornais cariocas, enquanto via seu pai afundar gradativamente na loucura, destino que mais

tarde trilharia também. Sendo o filho mais velho da família, Lima Barreto viu-se então na obrigação de, além de cuidar do pai demente, arcar com as despesas da casa.

Apesar das inúmeras dificuldades, Lima Barreto conseguiu, em 1909, editar seu primeiro romance: *Recordação do Escrivão Isaías Caminha*, que era marcado pela crítica social e tinha um estilo livre e despojado – contrastando com os escritores parnasianos. A crítica do período, alinhada a uma visão de literatura próxima do academicismo e do culto à forma, recebeu o romance com maus olhos, desferindo as mais diferentes recriminações. “Devido à alusão explícita a pessoas da sociedade carioca, [...] o maior e mais influente jornal da época, *O Jornal do Comércio*, decidiu fazer silêncio sobre a obra do escritor, impedindo que seu nome aparecesse em suas páginas. Mais tarde, esta decisão levou outros jornais a fazer o mesmo.” (Museu Afro Brasil).

Em 1911, foi publicado em folhetins o segundo romance de Lima Barreto, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Nele, o autor prossegue interessado em escrever para o maior número de leitores possíveis, rompendo com a pompa e a linguagem rebuscada. No entanto, sem despertar a atenção da crítica, teve dificuldades em editar o romance em livro – o que só ocorreu em 1915, quando ele próprio decidiu custear a publicação, recorrendo a empréstimos. Depois de 1915, os comentários sobre o livro, ainda que não abundantes, adquirem tom mais positivo, mas o rompimento com a estética parnasiana e simbolista ainda continuavam mal compreendidos pela crítica (Museu Afro Brasil).

No ano de 1912, Lima Barreto seguiu publicando seus escritos em formato de romance- folhetim, publicação em jornal que tinha boa aceitação na época e ao qual recorriam os principais escritores. Viver exclusivamente de literatura era impossível, até para os escritores mais famosos. Em 1914, encontrava-se insatisfeito com o trabalho de amanuense na Secretaria da Guerra, sem editor e decepcionado com as críticas que recebera seus romances (Museu Afro Brasil).

Cada vez mais, passa a recorrer ao álcool para curar as amarguras e decepções da vida e, em meados do ano, o escritor passa a sofrer de alucinações. Após os irmãos verem frustradas suas tentativas de ajuda, Lima Barreto é internado no Hospital Nacional dos Alienados, onde permanece entre agosto e outubro de 1914 (Museu Afro Brasil).

O romance *Numa e a Ninfa*, escrito imediatamente após Lima ter saído do hospício, foi publicado pelo jornal *A Noite* entre março e julho de 1915. Em 1917, o escritor volta a relatar, em seu diário, problemas com a bebida, e no final de 1918 e começo de 1919,

Lima Barreto esteve internado no Hospital Central do Exército para se recuperar de contusões sofridas em decorrência de alucinações alcoólicas. Na mesma época, o escritor se aposenta do trabalho na Secretaria da Guerra, e passa a dedicar-se somente à literatura (Museu Afro Brasil).

Lima Barreto foi internado no Hospital Nacional dos Alienados pela segunda vez em 1919. Mais uma vez diagnosticado como alcoólatra, recolheu suas experiências desta passagem pelo hospício no raro documento literário sobre as instituições psiquiátricas no Brasil, o livro *Cemitério dos Vivos* (1920). O neurastênico intérprete do mulato e defensor do subúrbio, que dizia em seus *Diários Íntimos* que “É difícil não nascer branco” e que “a raça para os brancos é conceito, para os negros pré-conceito”, veio a falecer precocemente aos 41 anos, em 1922 (Museu Afro Brasil).

“Avesso ao nacionalismo e ao purismo linguístico, Lima Barreto é reconhecido por ter mantido uma escrita de estilo livre e muito mais despojada que o estilo dos empolados parnasianos do seu tempo. Forte denunciador da questão do preconceito racial, [...] ele demonstrou uma sensibilidade incomparável para com o tema do racismo.” (Museu Afro Brasil). A sua crítica social, sua escrita militante e sua simpatia pelo anarquismo fizeram de Afonso Henriques de Lima Barreto um dos principais escritores libertários do Brasil. Para muitos críticos literários, foi ele quem sedimentou o terreno para a emergência dos escritores modernistas e suas propostas de transformação (Museu Afro Brasil).

Um excelente exemplo desse caráter crítico presente na obra de Lima Barreto pode ser observado em *Os Bruzundangas* (1922), em que o autor, através de uma escrita satírica, utiliza a nação fictícia de Bruzundanga como cenário para uma crítica à sociedade e à política brasileiras da época. A narrativa é construída por meio do relato de um diplomata brasileiro que descreve suas experiências no país imaginário de Bruzundanga, o qual era marcado por absurdos, corrupção, burocracia ineficiente e uma elite política que se distancia dos interesses do povo.

Lima Barreto utiliza a sátira para abordar questões como a influência estrangeira, o autoritarismo, o racismo e a falta de compromisso com o desenvolvimento social. Através de uma sequência de crônicas repletas de ironia, Lima Barreto revela como os interesses privados governam a vida dos cidadãos da república imaginária de Bruzundanga – uma paródia contundente da sociedade brasileira no início do século XX. Além da crítica aos

preconceitos e à política conservadora da época, um dos trechos mais marcantes da obra é aquele em que o autor se posiciona contrário aos valores literários então vigentes (Godoy, 2012). Inclusive, o primeiro capítulo do livro, denominado “Capítulo Especial – Os Samoiedas”, é dedicado a esse tema, e nele Lima Barreto ironiza a literatura parnasiana com a fictícia escola literária dos “Samoiedas”.

A literatura oficial, canonizada, que marginalizava o escritor fluminense, e que não o aceitou como membro da Academia Brasileira de Letras, foi escarnecida em *Os Bruzundangas* na figura dos *Samoiedas*. De fato, Lima Barreto não perdoava o formalismo dos parnasianos. Criticava uma literatura que pouco dizia, que pouco tinha a dizer e que se preocupava exclusivamente com métricas. A literatura de *Bruzundanga* foi apontada como *literatura estrangeira*, em clara alusão aos parnasianos que Lima Barreto não aceitava (Godoy, 2012).

Nos capítulos seguintes, Lima Barreto descreve diversos aspectos de Bruzundanga, iniciando por como se compõem e como funcionam as elites do país (chamadas de “nobrezas”). Depois, descreve o funcionamento da política e o comportamento dos políticos; as riquezas nacionais; o ensino no país; a diplomacia, a Constituição, as Forças Armadas, os Ministérios e as eleições em Bruzundanga; como se dá uma consulta médica no país; a sociedade e a religião; e mais outros detalhes – não exatamente nessa ordem. Em uma resenha do livro, Beaurepaire (2021) aponta que:

Bruzundangas nos é apresentando como tendo um território rico em recursos naturais, mas habitado por um povo ignorante e com mania de grandeza, e administrado por governantes incompetentes que só se preocupam em encantar os estrangeiros e enriquecer a si mesmos e aos seus vassalos. [...] O livro faz uma crítica à nossa Constituição Republicana, fala de propinas e transações obscuras, fala sobre políticos e eleições. Critica os privilégios da nobreza, o poder das oligarquias rurais, dos sanguessugas do erário, desigualdades, saúde e educação (Beaurepaire, 2021).

Assim sendo, a obra é de uma enorme relevância histórica e social para a literatura brasileira, e contribui grandemente para o presente debate.

3.3.1 *Contextualização histórico-política da obra*

Já no caso do Brasil, diferentemente dos anteriores, a obra escolhida como objeto de análise pertence a outro contexto histórico, prévio à onda de golpes ditatoriais que assolou a América Latina – inclusive o Brasil. O livro *Os Bruzundangas*, datado de 1922, foi publicado

em um momento político nacional muito significativo para a constituição da nossa identidade como brasileiros.

Na década de 1920, o país era caracterizado por mudanças culturais, movimentos políticos e sociais, destacando-se a Semana de Arte Moderna e o Movimento Tenentista como elementos importantes desse período de transição na história do país. Além disso, vivia um período de intensificação dos conflitos sociais, com a emergência de movimentos operários e reivindicações por melhores condições de trabalho, e a década foi marcada por greves e protestos, à medida que a industrialização se expandia.

Em termos políticos, o Brasil ainda estava sob a influência das oligarquias agrárias, e grupos de políticos regionais controlavam o poder. O coronelismo estava presente, sobretudo, nas regiões nordeste e sul do país. Já em termos culturais, as aparentes ideias progressistas que surgiram nos últimos anos do século XIX abriram caminho para um período de muitas tensões intelectuais, caracterizado pela expansão de uma nova elite republicana e por uma produção literária em grande parte marcada por otimismo frívolos, contemplações, maneirismos e adoções de aspectos do racismo pseudocientífico, como as ideologias de branqueamento racial derivadas do darwinismo social (Corrêa, 2017).

“Esses aspectos caracterizaram o que se convencionou chamar de cultura de elite da Primeira República: práticas e representações dominadas pelos paradigmas culturais aristocráticos de derivação europeia, e adaptadas aos ímpetus de modernização da vida urbana carioca.” (Corrêa, 2017, p. 6). Muitos desses ideais foram determinantes no desenvolvimento da geografia da capital do país naquele começo de século, quando as reformas urbanas redesenharam a cidade do Rio de Janeiro como epítome de uma nação moderna. No entanto, apesar de tantas movimentações que ocorriam na época, é válido destacar que, na literatura:

[...] Lima Barreto foi um dos muitos escritores que se esforçaram para discutir essas transformações complexas, mas um dos poucos a criticar abertamente a sua base aristocrática. Frustrado por não testemunhar os valores de igualdade da abolição e da república sendo postos em prática na vida política e social da capital, Lima Barreto embarcou numa cruzada literária contra as ideias e práticas elitistas de mentalidades que ainda reproduziam o regime colonial, formulando sua prosa contra alvos que precisavam ser confrontados (Corrêa, 2017, p. 6).

Um dos acontecimentos mais marcantes não somente da década, mas de todo o século XX, na história nacional brasileira foi a Semana da Arte Moderna, ocorrida em 1922 – mesmo ano de publicação da obra *Os Bruzundangas*. O evento foi considerado um grande movimento de modernização da cultura brasileira, promovido inicialmente por intelectuais e artistas na cidade de São Paulo (Nascimento, 2015).

Já na primeira década do século, a cidade e o estado de São Paulo se encontravam em plena transformação, seja pelo grande fluxo imigratório europeu, derivado da necessidade de cobrir a demanda de mão de obra no setor agrícola, seja pela industrialização incipiente permitida pelo acúmulo de capital dessa mesma agricultura. “São Paulo se destacava do resto do país, inclusive da Capital Federal, na época, o Rio de Janeiro. Seu alto grau de transformação econômica implicava outro tanto de alteração no plano social, com o advento da burguesia industrial, do proletariado a ela vinculado e das classes médias em formação.” (Nascimento, 2015, p. 379).

É nesse quadro cultural, político e social que se formam e começam a atuar os intelectuais e artistas do grupo que promoverá a Semana de Arte Moderna de 1922 de São Paulo. A história do Modernismo começa no ponto em que algumas de suas figuras passam a ter contato direto ou indireto com as novas informações artísticas do início do século na Europa e, importando-as para o Brasil, provocam as mais diversas reações no meio cultural (Nascimento, 2015, p. 379).

Nesse sentido, a história da Semana e do Modernismo é tanto a história da produção de suas obras representativas quanto a história da recepção dessa mesma criação (Nascimento, 2015). Esse foi um momento político e cultural de extrema relevância no Brasil que reverbera até hoje no fazer e na crítica artística, mas também levantou um grande debate acerca do que seria, de fato, o nacional, e o que seriam somente mais reproduções das influências externas e eurocêntricas. Lima Barreto, porém, faleceu antes da culminância dessa movimentação, e é considerado um divisor de águas na representação da identidade nacional brasileira.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste último capítulo, com o intuito de responder ao terceiro objetivo específico da pesquisa, procuro, primeiramente, fazer uma ligação entre a narrativa de cada obra literária e os elementos considerados, por estudos de Literatura Comparada e outras disciplinas, peculiares à construção da identidade nos momentos específicos de cada literatura nacional das três aqui trabalhadas. Esse primeiro ponto servirá como base para a compreensão do segundo, o qual tem o objetivo de analisar os discursos propostos pelas obras ao tratarem da identidade nacional, identificando de que forma a questão da colonialidade é retratada em cada uma e estabelecendo paralelos com o referencial teórico explanado previamente.

4.1 A representação das identidades nacionais em cada obra literária

Com relação à representação da identidade nacional em *A Casa dos Espíritos*, é válido ressaltar que, diferentemente do que era a literatura do Chile no século XIX – em que a narrativa da nação chilena comparava o país a uma “vizinhança decente” para a elite ou aqueles que aspiravam a sê-lo –, nas primeiras décadas do século XX, o espectro de personagens de outros setores sociais e étnicos incorporados à literatura é ampliado e variado (Subercaseaux, 2007).

Há também grandes variações de espaço, motivos, temas e linguagem, e apesar de a obra inaugural de Isabel Allende haver sido escrita já na década de 1980, ainda é possível notar nela inúmeros elementos nessa nova forma de retratar o nacional na literatura chilena. Antes, diversas representações da cultura e da identidade nacional retratavam temas como a natureza, os furacões típicos de algumas regiões do país; mas a partir do século XX, passa-se a notar uma maior presença do caráter sociopolítico na literatura chilena.

Começa-se a retratar personagens ligados ao campo e à vida rural, mas também a espaços de miséria e marginalidade urbana ou a condições de trabalho abjetas, como as encontradas em minas de carvão ou nos pampas. Esses personagens são permeados, com algumas exceções, por um olhar semelhante ao dos setores médios (a necessidade de preservar a vida rural ou indígena, mas também de “educá-la”) ou da elite – a nostalgia do campo, da vassalagem e dos antigos valores do sangue e da terra (Subercaseaux, 2007). Essa diversidade de retratos da nacionalidade chilena é descrita satiricamente a seguir:

Las estrategias de representación de lo nacional son variadas. Una de ellas se logra mediante la diversidad de oficios o actividades que pueblan el mundo de la ficción. En el mundo rural: el carretero, el peón, el capataz, el maestro de fragua, el peón de riego, el cuatrero, el amansador, el arriero, la cantora, el bodeguero, el puestero (en la Patagonia), el patrón, la criada, el curandero; en el mundo del tren: el palanquero, el maquinista, el conductor, el carrilano, el inspector, el fogonero; en la costa y en el río: el balsero, el cargador o guanaye, el lanchero, el arponero, el marinero, el pescador, el remero, el botero, el fletero; en las minas y en la pampa: el barretero, el minero, el oficinista, el fondero, el tornero, el desrripiador, el bodeguero, el calderero, el pirquinero, el enganchador; y en la urbe: el obrero, el organillero, el cura, el preceptor, el artista, la prostituta, el peluquero, el tony, la lavandera, el barrendero, el destapador de acequias, el monaguillo, el policía, la planchadora, el conductor de carros, el sereno, el pintor, el zapatero; y así, suma y sigue (Subercaseaux, 2007).

Outra forma de representação do nacional são os estereótipos literários concebidos como sinais de identidade, a exemplo das figuras do *huaso* e do *roto* – personagens emblemáticos e ícones do nacional. Nos ensaios das primeiras décadas, ambos foram concebidos como sínteses ou símbolos da raça, ou como a base étnica ou sociológica da nação. O *roto* foi mitificado como um estereótipo ligado à Guerra do Pacífico: sofredor e inconstante; prudente e aventureiro; corajoso e ousado; um grande soldado, com traços de malícia e tristeza.

Já o *huaso* era o símbolo do mundo rural, defendido pelos *criollistas* como aquele que melhor representava a idiosincrasia e o particularismo nacionais. Esses estereótipos, em qualquer uma de suas variantes e características, revelam – como ícones da nacionalidade chilena – o caráter patriarcal e o acentuado preconceito de gênero que caracterizava o nacionalismo (Subercaseaux, 2007). Nessa lógica, é possível associar a figura do personagem Esteban Trueba ao estereótipo do *huaso*.

Em muitas obras, os personagens das classes mais altas representam a oligarquia e as elites da belle époque *criolla*; dessa forma, eles funcionam como a representação do nacional por meio de uma estratégia de contraponto entre os personagens aristocráticos e “afrancesados”, por um lado, e o personagem da classe trabalhadora rural, que representa o Chile rústico de antigamente, do outro lado. Essa é uma estratégia de composição que, a partir da relação entre modernidade e tradição, contrasta a sociabilidade da aparência com a dos “valores autênticos” (Subercaseaux, 2007).

O objetivo dessa estratégia é delimitar e destacar um determinado patrimônio simbólico que é percebido como o eixo da cultura e do imaginário nacional – um patrimônio que está enraizado em uma identidade camponesa e masculina da nação, em uma identidade não oligárquica. A temática da injustiça social também está amplamente presente na literatura do período, tanto na poesia quanto na narrativa (Subercaseaux, 2007).

E, além de personagens e temas, os espaços na literatura das primeiras décadas do século passado contribuíram para uma nova imagem da nação chilena. A formação desse imaginário envolve uma série de estratégias que buscam delinear uma cultura chilena específica, privilegiando o campo e as áreas rurais de um ponto de vista nacionalista. Essas estratégias coexistem com uma visão crítica da experiência da modernidade, visualizando uma modernidade alternativa para o futuro (Subercaseaux, 2007).

Assim sendo, é possível concluir que Isabel Allende bebe dessas fontes do que seria a representação da identidade nacional na literatura chilena do século XX, e adapta isso ao seu estilo para construir uma trama moderna e envolvente com a presença sutil, mas ainda marcante, de uma crítica social. Além de *A Casa dos Espíritos*, que foi sua primeira obra, Isabel Allende ainda escreve, posteriormente, outros romances que têm como plano de fundo o contexto político do Chile à respectiva época. *De Amor e de Sombra* (1984), por exemplo, mescla uma história de amor de dois jovens jornalistas que são forçados a se exilarem depois de investigarem o desaparecimento de uma mulher numa ditadura militar, e relata a descoberta de um cemitério clandestino, em uma mina no norte do Chile, onde estavam sepultados os desaparecidos durante a ditadura (Frazão, 2021).

Em 2019, Allende publica *Longa Pétala de Mar*. Ambientada no século XX, a trama se inicia na Guerra Civil Espanhola e vai até a ascensão e queda de Pinochet. Conta a respeito de refugiados que partem da Espanha para exílio no Chile, por um navio fretado pelo poeta Pablo Neruda e de como vivem dali em diante. De forma sensível, explana questões como as de imigração de refugiados e ditadura (Grupo Editorial Record, 2019; Lubrano, 2020).

Já no que diz respeito à representação do nacional na obra de Julio Cortázar, podemos considerar que, como posto por Laera (2010) em uma análise sobre a história da literatura argentina baseada no livro *“Literatura argentina y realidad política: De Sarmiento a Cortázar”* (1971):

Quizás pocas hipótesis hayan sido más seductoras para la crítica literaria y cultural argentinas como la de David Viñas cuando afirma que la literatura nacional emerge con una violación. [...] Se trata siempre de la representación de la violación, con toda su potencialidad metafórica, en tanto es lo que habilita un doble juego crítico: la representación de la violación devuelve, como reflejo invertido de la literatura, la mirada y la violencia que una clase (la élite, la oligarquía) ejerce sobre otra (el pueblo, las clases populares); o dicho de otro modo: en el revés de trama – para usar una expresión predilecta de Viñas – de la representación literaria se revelaría la verdad de las relaciones entre clases sociales (Laera, 2010, p. 163).

Além disso, a autora afirma que, posteriormente, a categoria da vontade nacional é substituída por um projeto nacional: “Del voluntarismo individual y generacional al proyecto

que, en su triunfalismo, contendría por anticipado el futuro argentino [...]” (Laera, 2010, p. 165). Como a vontade dos românticos se dilui na materialização de uma origem marcada pela violência do outro encarnada no próprio corpo, o que fica explícito é que a literatura argentina não pode ser considerada uma busca em si mesma, mas, por causa de sua relação original e absorvente com a política, um comentário sobre a realidade (Laera, 2010).

E ao condensar essa origem em uma cena fundamental que se repete com variações mínimas, estamos lidando com uma literatura (ou melhor: uma história da literatura) que dificilmente escapará de sua função de comentar a política, como se essa função fosse intrínseca à sua condição nacional (Laera, 2010, p. 165, tradução nossa).

No século XIX, o nacional era retratado na literatura argentina sobretudo através da figura dos “gaúchos” da porção sul do país, tendo como pano de fundo as paisagens do campo e a vida rural. Já com essa virada, ganha espaço a representação da cidade e de outros aspectos da sociedade, o que frequentemente é atribuído à obra de Jorge Luis Borges. Além das temáticas, Borges inspira também a escrita ficcional através de um novo estilo, dando base para autores como Julio Cortázar.

Vale ressaltar, porém, que Cortázar não tinha em sua obra o intuito de representar a identidade nacional argentina. Avesso, inclusive, à ideia dos nacionalismos, carregava consigo diversas influências culturais devido às várias origens que compunham as raízes de sua família, junto ao fato de haver nascido e passado a maior parte da sua vida fora da Argentina. Porém, retratou e criticou em sua escrita aspectos intrínsecos à formação da sociedade argentina, em especial no que diz respeito ao comportamento das elites nacionais.

No caso brasileiro, por sua vez, “a ansiedade existencial de Lima Barreto e sua crítica mordaz trazem as marcas de um mulato pobre e marginalizado, que não teve problema algum de consciência, ao representar análises e descrições da dominação burguesa.” (Beaurepaire, 2021). Isso irá definir, indubitavelmente, como o tema da identidade nacional brasileira é retratado na obra de Lima Barreto. Quando jovem, o escritor tinha inicialmente planos para que sua obra focasse as questões dos negros na sociedade brasileira, com livros de ficção que trabalhassem com a história da escravidão no Brasil e suas consequências. Contudo, a esse compromisso inicial juntaram-se outras preocupações, como a alienação e a fragmentação social (Corrêa, 2017).

“Apesar dessa mudança das metas iniciais, Lima Barreto não deixou de ver a escrita como uma missão, produzindo uma extensa obra que tinha as letras como arma ao longo dos quase vinte anos em que ele esteve envolvido com a sociedade como um escritor público.”

(Corrêa, 2017, p. 7). Inclusive, o próprio Lima Barreto, segundo Corrêa (2017), definia a sua escrita como uma “literatura militante”, em que em que o palco e o livro eram tribunas para as discussões mais amplas de tudo o que interessava o destino da humanidade.

O tema da literatura militante é central na obra de Lima Barreto, e ela pode ser definida como uma prática de ação social em oposição a outra baseada no idílio e na contemplação (Corrêa, 2017). “Para ele, a literatura e as artes em geral eram formas de comunicação, pois tinham a capacidade de tornar comuns determinadas ideias que ligassem e unissem as sociedades e seus membros.” (Corrêa, 2017, p. 8). A partir de tais afirmações enfáticas e claras, Lima Barreto permitiu que numerosos estudiosos desenvolvessem linhas de interpretação de sua prosa a partir da década de 1950.

Nesse sentido, Francisco de Assis Barbosa é indubitavelmente o pioneiro e um dos mais importantes e influentes críticos das obras de Barreto. Barbosa não só publicou uma detalhada biografia em 1952 e editou dezessete volumes em 1956, mas também, e em grande medida, ajudou a definir mais detalhadamente a literatura militante do escritor carioca (Corrêa, 2017, p. 8).

Scheffel (2018), ao realizar uma análise comparativa entre a memorável biografia de Lima Barreto escrita por Francisco de Assis Barbosa – *A vida de Lima Barreto* (1952) – e a mais recentemente lançada por Lília Moritz Schwarcz – *Lima Barreto: Triste Visionário* (2018) –, aponta que a primeira, que demorou cinco anos para ser escrita, “[...] tinha ainda um grande desafio: organizar tudo isso de forma a fornecer aos seus contemporâneos uma imagem de Lima Barreto que pudesse reinseri-lo nas letras nacionais.” (Scheffel, 2018, p. 335). Ressalta que desde a morte do autor até os anos 1950, muita coisa aconteceu na literatura brasileira.

A década de 30, por exemplo, fora marcada por um verdadeiro *boom* de escritores que de norte a sul do Brasil produziram uma literatura preocupada com questões sociais: a seca, o latifúndio, o atraso do interior do Brasil, a herança escravagista, os menores de rua, a precarização da vida nas grandes cidades etc. (Scheffel, 2018, p. 335-336).

Nessa época, o caráter social da obra literária tornou-se um aspecto extremamente valorizado e serviu como régua para medir tanto autores contemporâneos como autores do passado. Portanto, era considerada revolucionária a obra de um autor “[...] que não ocultasse sua origem, que escrevesse a partir de um ponto de vista mulato e proletário/periférico, que tirasse o foco do estético e centrasse sua atenção no social e que escrevesse muito sobre si.” (Scheffel, 2018, p. 336).

Inclusive, Francisco de Assis Barbosa toma esse último aspecto como elemento estruturante de sua biografia, pois, como se pode ler no prefácio da primeira edição, Lima Barreto pertencia “à categoria dos escritores que mais se confessam através de sua obra”. Desta forma, em vários pontos, o biógrafo se vale da escrita ficcional de Lima Barreto para entender os sentimentos, as angústias, os posicionamentos ideológicos e as preferências literárias do autor, que tem semelhanças com algumas de suas personagens. São semelhanças físicas, no caso dos personagens mulatos, negros e mestiços; semelhanças profissionais, como nos escritores e funcionários públicos; e semelhanças sociais, pois muitos deles eram habitantes dos subúrbios (Scheffel, 2018).

Eram grandes os objetivos que Lima Barreto teria construído para si, e as dificuldades que encontrou para realizá-los explicariam a amargura que tomou conta dos últimos anos de sua vida, que o levaram ao alcoolismo e a sucessivas internações psiquiátricas. Mas, apesar desses traços dramáticos da vida pessoal conturbada de Lima Barreto – que, inclusive, o fizeram ser subjugado como intelectual e escritor e inferiorizado pela crítica em comparação a outros nomes da época, como Machado de Assis –, é incontestável o seu papel essencial na representação da identidade nacional brasileira através da literatura.

4.2 O diálogo entre as obras e a sua relação com a crítica decolonial

De acordo com Lima (2011), em estudo sobre a identidade cultural na crítica literária latino-americana, ocorreu no continente um processo de desterritorialização que teve como contrapartida a reorganização do espaço geopolítico, através da celebração de acordos que transcendem as fronteiras nacionais. No contexto dos projetos de construção dos Estados-nação no século XIX, a autora afirma que coube ao intelectual latino-americano assegurar às nações um certo tipo de “unidade espiritual”, traduzida pelo repertório de símbolos discursivamente criados pela intelectualidade, comprometida com os projetos de modernização implementados pelo Estado.

Com a reorganização político-econômica ocorrida a partir de 1945, as consequências da aceleração do processo de industrialização logo se tornaram perceptíveis para a crítica literária. Nesse período é deixada para trás a fase de “consciência amena do atraso” e são abandonados os binarismos que embasavam as abordagens dos desenvolvimentistas – o que é “[...] produto de um novo ajuste teórico, em que o subdesenvolvimento passa a ser

considerado não como fase a ser cumprida, mas como síndrome gerada pela relação de simbiose estrutural estabelecida entre a burguesia nacional e a internacional, no quadro do capitalismo tardio.” (Lima, 2011, p. 1-2).

Nesse momento de deslocamento das noções de autenticidade e identidade nacional, motivado pelo pressuposto do capitalismo periférico da coexistência de múltiplas temporalidades e da convivência de formas culturais tradicionais e modernas num mesmo espaço (Lima, 2011), é essencial destacar o papel exercido pela literatura como forma de manifestação político-cultural e como ferramenta para a construção das identidades nacionais.

Pode-se dizer que as vanguardas modernistas já expressavam o hibridismo que permeava a formação social, econômica e cultural da América Latina, e que, “mesmo não conseguindo se desprender do marco do nacionalismo, o modernismo colocou em evidência as contradições próprias a um sistema político-econômico perverso, em que a modernização apresentava como contrapartida um quadro de acirramento das desigualdades entre as várias camadas da população.” (Lima, 2011, p. 2).

Contudo, segundo a autora, é somente a partir da formulação da teoria da dependência, “[...] com o questionamento da visão linear e progressista que sustentava o esquema dualista sob o qual se estruturava a visão de modernização da América Latina, que se vai produzir uma nova compreensão do dinamismo dos processos culturais em curso na região.” (Lima, 2011, p. 2). Além disso, pontua que:

A ideologia nacional-popular vê-se seriamente abalada pelo processo de industrialização da cultura e pela emergência de estudos históricos e sociológicos, que passam a oferecer novos instrumentos crítico-teóricos capazes de questionar o conceito de identidade nacional, compreendido como uma categoria homogênea, que desconsidera as diferenças entre o comportamento das classes sociais (Lima, 2011, p. 2)

O trabalho do crítico literário brasileiro Antonio Candido, por exemplo, sensível às transformações sociais por que passava o país e atento à teorização sobre o caráter dependente-associado das economias periféricas, evidencia a questão das fontes e influências no processo de autonomização da literatura produzida na América Latina. O autor publica, em 1970, o artigo “*Literatura e subdesenvolvimento*”, e nessa década – junto a outros intelectuais – o estudo sobre a literatura na América Latina ocorria ainda sob o marco da teoria da dependência e sob o influxo da reatualização da noção de identidade latino-americana, “acirrada tanto pela intervenção norte-americana no processo de instalação das ditaduras militares, no continente, quanto pela utopia da revolução socialista oferecida pela experiência cubana.” (Lima, 2011, p. 4).

Para o antropólogo Néstor García Canclini, “[...] a ciência social deveria descartar os esquemas bipolares defendidos pela teoria do imperialismo cultural, que pressupunham oposições mecanicistas entre centro e periferia, localismo e cosmopolitismo, nacional e estrangeiro etc.” (Lima, 2011, p. 5). Trazendo a discussão para a disciplina de Relações Internacionais, nota-se claramente, aqui, o momento que precede a emergência do quarto grande debate teórico do campo – quando começavam a ganhar espaço as epistemologias pós-positivistas.

Com relação às obras literárias analisadas no presente estudo, considero essencial ressaltar que seus respectivos autores não possuíam, necessariamente, o intuito de representar a identidade nacional de cada país, mas a justificativa da opção pelas obras se dá por elas apresentarem pontos convergentes em suas narrativas que sejam característicos dessas identidades – mesmo que discutidos de maneiras muito distintas. A exceção é o caso de Lima Barreto, cuja trajetória literária como um todo passou a ser reconhecida, após a sua morte, como um admirável esforço de representação da identidade nacional brasileira.

Sobre os autores, um ponto importante a ser destacado é que, mesmo que as três obras abordem as relações sociais e de classes e a herança das elites oligárquicas na sociedade de cada país, Lima Barreto parte de uma posição social diferente de Isabel Allende e Julio Cortázar. Barreto, como discutido anteriormente, tinha origens muito pobres e enfrentou, além das dificuldades socioeconômicas, o desafio de transpor as barreiras socialmente impostas pela discriminação racial. Logo, sua crítica às elites por meio da literatura partia de um local, de fato, distante e externo a elas.

Allende e Cortázar, diferentemente, enfrentaram também inúmeros desafios, sobretudo com relação ao exílio e o distanciamento dos regimes ditatoriais de seus respectivos países. Mas, apesar disso, nasceram em famílias minimamente estabilizadas e não lidaram com a questão racial em sua jornada literária – a qual é, conforme posto por Aníbal Quijano e discutido nas seções anteriores, extremamente forte na América Latina e dificulta a possibilidade de expressão cultural e artística por parte de grupos minoritários.

Apesar das consideráveis semelhanças na constituição das sociedades e no comportamento das elites dos três países, nota-se uma grande diferença nas formas de expressão cultural e representação da identidade nacional entre o Brasil e os países hispânicos do Cone Sul. Isso é ligado, primeiro, às diferenças entre os processos de colonização, sobretudo devido às distintas formas de configuração do poder e de relações de trabalho

impostas pelo capital metropolitano no Brasil, no Chile e na Argentina. Em consequência, as relações sociais e manifestações culturais se constituíram de forma específica em cada país.

Inclusive, um ponto importante a ser destacado é a forma como, segundo Ballestrin (2013), o Brasil aparece quase como uma realidade apartada da realidade latino-americana na maioria das análises teóricas. “[O Grupo Modernidade/Colonialidade] privilegia a análise da América hispânica em detrimento da portuguesa e chama pouca atenção aos processos de colonialidade e subimperialismo dentro do continente, à exceção dos Estados Unidos.” (Ballestrin, 2013, p. 111). Esse é, segundo a autora, um ponto problemático, uma vez que a colonização portuguesa – a mais duradoura empreitada colonial europeia – trouxe especificidades ao caso brasileiro em relação ao resto da América (Ballestrin, 2013).

Somado a isso, há também a diferença nos processos de independência nacional, com destaque ao fato de no Brasil, diferentemente dos outros dois países, a declaração da independência em 1822 não haver significado a liberdade política do país em relação à Coroa. Pelo contrário, foi instaurado um regime monárquico e houve a ascensão ao trono de dois imperadores, D. Pedro I e seu filho, D. Pedro II, que eram herdeiros da família imperial portuguesa. Esse período, denominado Brasil Império, perdurou até o ano de 1889, quando ocorreu a Proclamação da República, e indiscutivelmente influenciou o futuro das relações políticas, sociais, culturais e econômicas brasileiras.

De todo modo, todas as três peças literárias analisadas abordam, de maneiras distintas, a temática das relações sociais entre classes e o comportamento das elites nacionais que herdaram o formato oligárquico. E haja vista que, segundo Quijano, o Estado-nação é um projeto imposto, como a arte – e, mais especificamente, a literatura – irá pensar essa realidade? Para compreender essa relação, é necessário retomar o conceito do colonialismo interno, que se consolidou como o padrão de relação doméstica nos países da América Latina.

No caso do Brasil, que em 1822, sob a hegemonia imperial inglesa e do capitalismo liberal, se converteu em um império, foi consolidada uma sociedade nos moldes do colonialismo interno (Silva, 2019). E, com isso:

O que se perpetuou na ordem pós-colonial brasileira foi uma correlação de elementos reformistas e conservadores. Se por um lado o poder passou a ser organizado a partir de dentro do país, por outro, importou o modelo de estado-nação europeu com o propósito de constituir uma sociedade nacional em seus aspectos jurídico-políticos e o conservadorismo manteve-se nas bases morais, sociais e materiais da escravidão, marginalização permanente de pessoas livres que não classificavam-se na sociedade como cidadãos e no monopólio de poder por uma elite que relacionava-se de forma dependente com os centros econômicos dinâmicos de domínio inglês, e, aos finais do século XIX também estadunidense [...] (Silva, 2019, p. 49).

Mesmo com a estrutura imposta pelo colonialismo interno, a representação desse debate através da arte mostra uma resistência ao projeto de homogeneização cultural imposto na América Latina e faz parte da construção das identidades nacionais locais longe da sombra colonial. No que diz respeito à organização dessa resistência, Lima (2011) indica que até mesmo a ideia de uma vanguarda intelectual engajada no processo de transformação política, como no caso do modernismo brasileiro, “[...] já sofreu as devidas críticas, mas o que se defende é o direito à memória, o que pressupõe o direito a escolher livremente o que deve ser esquecido e o que deve ser resgatado na construção da identidade de uma determinada nação.” (Lima, 2011, p. 8).

É essencial, portanto, mantermos a memória de que, para os latino-americanos, a perspectiva democrática – no seu período de transição – reside no simulacro nacionalista ou no nacionalismo dos setores hegemônicos que supõe uma instrumentalização elitista da globalização. “Ou melhor, o risco para os latino-americanos reside no relato nacionalista que esquece por imposição e não por escolha, que constrói seu passado desde um presente que silencia com autoritária e repressiva seletividade.” (Lima, 2011, p. 7). Nossas sociedades, formadas com base em estruturas coloniais e oligárquicas, devem buscar meios para alcançar sua emancipação político-cultural, e a literatura é um desses caminhos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, considero fundamental destacar que, em um país com tão altos índices de analfabetismo como o Brasil, considerar possível a definição da identidade nacional a partir de obras literárias é, por si só, um debate excludente e elitista, que somente atinge uma reduzida parcela da população. No entanto, apesar disso, acredito que para fins acadêmicos seja relevante dar continuidade a essa discussão, levando sempre em conta a necessidade de incluir e representar os grupos da sociedade historicamente marginalizados, mas que são essenciais à formação cultural dos países latino-americanos.

Além disso, registro aqui as limitações de minha pesquisa. A primeira delas, e creio ser a que possui mais peso, diz respeito ao processo de escolha das obras literárias a serem usadas como instrumentos de análise no trabalho – processo que, inclusive, considero haver sido uma das partes mais complexas do estudo. Por ser uma escolha determinante para a construção de todo o restante da pesquisa, muitos elementos necessitam ser levados em consideração e, inevitavelmente, inúmeras características essenciais à identidade nacional serão deixadas de fora – sobretudo considerando a heterogeneidade cultural dos países latino-americanos.

Optar por uma obra literária dentre tantas para abordar processos de construção de identidades é uma tarefa árdua, e creio que não signifique eleger uma delas como “mais representativa” de uma certa cultura nacional do que as demais; da mesma forma, não implica o fato de, no caso de ser dado maior foco a determinados grupos regionais em detrimento de outros, as tradições e manifestações culturais desse serem “superiores” às daquele ou mais representativas da identidade nacional.

Sobretudo no caso do Brasil, cujas dimensões são continentais e que apresenta uma variedade enorme de culturas diferentes em cada região, é demasiado difícil – ou até impossível – abarcar todas elas igualmente e com qualidade em uma só peça de arte. Para os fins desse estudo, ao menos, fez-se necessária a opção por obras que atendessem aos critérios de análise pré-estabelecidos e dialogassem entre si, principalmente para atender a quesitos metodológicos.

Em segundo lugar, sobre as referências utilizadas para a pesquisa, destaco que muitos nomes que seriam de enorme contribuição ao debate – como Frantz Fanon, Lélia González, Darcy Ribeiro, Catherine Walsh, Walter D. Mignolo, Benedict Anderson, Homi K. Bhabha, Eduardo Galeano – foram deixados de lado ou mencionados somente de forma breve. A razão para isso

foi, além do curto período tido para o desenvolvimento e a limitação do escopo da pesquisa para fins de conclusão de curso, minha sinceramente pequena familiaridade prévia com muitas das bibliografias utilizadas, o que se tornou um desafio e uma aventura, de forma positiva, durante os processos de leitura e escrita – que devem ser cautelosos e minuciosos.

De todo modo, encerro meu trabalho na esperança de poder dar prosseguimento aos estudos aqui iniciados e de contemplar, em oportunidades futuras, os aspectos, referências e debates que nesse momento, por diversos motivos, não pude.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Flávio. Cortázar, Julio. **Sites.usp**, [21--]. Disponível em: <https://sites.usp.br/portalatinoamericano/cortazar-julio> Acesso em: 19 dez. 2023.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, [s.l.], p. 89-117, 2013.
- BARRETO, L. O destino da literatura. In: **Revista Sousa Cruz**, out./nov. 1921.
- BEAUREPAIRE, Luiz Guilherme. **Resenhas – Os Bruzundangas**. Bons livros para ler, 2021. Disponível em: <https://www.bonslivrosparaler.com.br/livros/resenhas/os-bruzundangas/5383> Acesso em: 20 dez. 2023.
- BUDNER, Sonia. Isabel Allende: biografia de uma escritora sublime. **A mente é maravilhosa**, 2022. Disponível em: <https://amenteemaravilhosa.com.br/isabel-allende-biografia-escritora-sublime/> Acesso em: 9 dez. 2023.
- CORRÊA, Felipe (org.). In: BARRETO, Lima. **Crônicas da Bruzundanga: A literatura militante de Lima Barreto**. E-Galáxia, 2017.
- CUNHA, Andrei; LUZ, Cícero. **Relações Internacionais e Literatura Comparada: Disciplinas Paralelas**. Porto Alegre, 2020.
- CUNHA, Andrei; LUZ, Cícero. Weltliteratur e Realpolitik: algumas questões de pesquisa sobre as interfaces entre Relações Internacionais e Literatura Comparada. In: Congresso Internacional ABRALIC 2018, 2018, Uberlândia. **Anais do Congresso Internacional ABRALIC 2018**, 2018. v. 1. p. 1-9.
- FARRET, Rafael Leporace; PINTO, Simone Rodrigues. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 30-42, 2011.
- FIGUEIREDO, Eurídice; NORONHA, Jovita Maria Gerheim. Identidade nacional e identidade cultural. **Conceitos de literatura e cultura**. Niterói: EdUFF, 2005.
- FILGUEIRAS, Fernanda. Em busca de uma identidade latino-americana. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 12, n. 22, p. 38-47, 2013.
- FRAZÃO, Dilva. Isabel Allende: Escritora chilena. **E-Biografias**, 2021. Disponível em: https://www.ebiografia.com/isabel_allende/. Acesso em: 15 dez. 2023.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GODOY, Arnaldo. **Lima Barreto e a crítica do formalismo literário**. Consultor Jurídico, 2012. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2012-abr-22/lima-barreto-republica-bruzundangas-formalismo-literario/> Acesso em: 21 dez. 2023.
- GONZÁLEZ CASANOVA, P. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2007. p. 431-458.

GONZÁLEZ CASANOVA, P. **Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina**. Tradução de Ana Carla Lacerda. Petrópolis; Rio de Janeiro, 2002.

GONZÁLEZ CASANOVA, P. **O colonialismo global e a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRUPO EDITORIAL RECORD. Isabel Allende. **Record**, 2019. Disponível em: <https://record.com.br/autores/isabel-allende/> Acesso em: 09 dez. 2023.

HERZ, Mônica. A dimensão cultural das relações internacionais: proposta teórico-metodológica. In: **Contexto Internacional**, v. 6, jul./dez. 1987.

ISABEL ALLENDE. Sobre Isabel. **Isabel Allende**, 2023. Disponível em: <https://www.isabelallende.com/es/bio> Acesso em: 09 dez. 2023.

JATOBÁ, Daniel; LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Teoria das relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013.

L&PM EDITORES. Vida & Obra – Julio Cortázar. Disponível em: https://www.lpm.com.br/site/default.asp?TroncoID=805135&SecaoID=0&SubsecaoID=0&Template=../livros/layout_autor.asp&AutorID=704845 Acesso em: 15 dez. 2023.

LAERA, Alejandra. Para una historia de la literatura argentina: orígenes, repeticiones, revanchas. **Prismas**, v. 14, n. 2, p. 163-167, 2010.

LASMAR, Jorge Mascarenhas. O fluxo de arte e as relações internacionais: narrativa, circulação e identidade nacional. **Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais**, v. 1, n. 1, p. 83-102, 2001.

LIMA, Rachel. A identidade cultural na crítica literária latino-americana. In: Congresso Internacional da Associação Brasileira de Estudos Canadenses, 11., 2011, Salvador. **Anais do XI Congresso Internacional da Associação Brasileira de Estudos Canadenses**. Salvador: EDUFBA, 2011. v. 1. p. 1-11.

LUBRANO, Isabella. **Ler Antes de Morrer: A Casa dos Espíritos, de Isabel Allende (#11)**. YouTube. (08:09). 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b215tjWUitQ> Acesso em: 15 dez. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MUSEU AFRO BRASIL. **Lima Barreto**. Disponível em: <http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/hist%C3%B3ria-e-mem%C3%B3ria/historia-e-memoria/2014/07/17/lima-barreto> Acesso em: 19 dez. 2023.

NASCIMENTO, Evando Batista. A Semana de Arte Moderna de 1922 e o Modernismo Brasileiro: atualização cultural e “primitivismo” artístico. **Gragoatá**, v. 20, n. 39, 2015.

NEPOMUCENO, Eric. O exercício de reinventar uma realidade delirante. In: **O Estado de São Paulo**. São Paulo: 13/6/1998, p. D-4

- NOBILE, Rodrigo. Allende, Salvador. **Sites.usp**, [21--]. Disponível em: <https://sites.usp.br/portalatinoamericano/allende-salvador>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Abya Yala. **Chakaruna**, Rio de Janeiro, v. 11, 2009.
- PRYSTHON, Angela. Histórias da teoria: os estudos culturais e as teorias pós-coloniais na América Latina. **Interin**, [s.l.], v. 9, n. 1, p. 1-25, 2010.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais - Perspectivas Latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- QUIJANO, Aníbal. Notas sobre a questão da identidade e nação no Peru. **Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP)**, São Paulo, v. 6, n. 16, p. 73-80, 1992.
- RETAMAR, Roberto Fernández. Introdução a José Martí. In: **Nossa América – Antologia**. Trad. Maria Angélica de Almeida Trajber. São Paulo: Hucitec, 1983.
- SADER, Emir. **Século XX: uma biografia não-autorizada – o século do imperialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SILVA, Mayane Bento. **Colonialismo e colonialidade no Brasil e na Amazônia paraense**. 2019. 240 f., il. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Universidade Federal do Pará, Brasília, 2019.
- SIMÕES, Silvia Sônia. O golpe de estado e a primeira fase da ditadura civil-militar no Chile. **Espaço Plural**, v. 13, n. 27, 2012.
- SORBILLE, Rosana Núbia. Três momentos para pensar uma história–Argentina 1966-1976. **Clio-Revista de Pesquisa Histórica**, [s.l.], v. 1, n. 26, 2010.
- SOUZA, Eneida Maria de. Sujeito e identidade cultural. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 34-40, 2017.
- STAVENHAGEN, R. Sete teses equivocadas sobre América Latina. **Sociedade e Cultura, Goiânia**, v. 17, n. 1, p. 159 -169, 2014.
- SUBERCASEAUX, Bernardo. Literatura, nación y nacionalismo. **Revista chilena de literatura**, Santiago, n. 70, p. 5-37, 2007.
- ZACHARIAS, Isabella. Isabel Allende: conheça a autora que fez o mundo se emocionar com suas obras. **Blog Skeelo**, 2023. Disponível em: <https://blog.skeelo.com/2023/08/02/isabel-allende-conheca-a-autora-que-fez-o-mundo-se-emocionar-com-suas-obras/> Acesso em: 09 dez. 2023.



Universidade do Estado do Pará
Centro de Ciências Naturais e Tecnologia
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais
Tv. Enéas Pinheiro, nº 2626 - Marco
CEP: 66095-100 Belém - PA
www.uepa.br